

## OCUPAÇÕES CAMPONESAS COMO REABERTURA DA “FRONTEIRA”: UMA LEITURA A PARTIR DO MOVIMENTO PARA A ÁREA PINDARÉ<sup>1</sup>

Marcelo Sampaio Carneiro<sup>2</sup>

**RESUMO** - Este artigo busca analisar o movimento de ocupações camponesas levado a efeito a partir de meados dos anos 80 na Pré-Amazônia Maranhense. A partir de um estudo de caso, a ocupação da área Pindaré, aprofundamos a interpretação dos mecanismos que presidiram este processo, visualizando-o como a emergência de uma “fronteira não-física”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupações camponesas, Questão agrária, Teoria da fronteira.

**ABSTRACT** - This paper deals with the movement of peasantry occupations that took place from the mid-eighties in the State of Maranhão “Pre-Amazonia”. By using the occupation of the Pindaré area a case-study, the author analyses the main factors of this process, seen here as the opening of a new internal frontier.

**KEY-WORDS:** Peasantry, Agrarian question, Frontier theory.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão condensada dos capítulos 3, 4 e 6 da dissertação de mestrado “Latifúndio e ocupações camponesas ao longo da EFCarajás: reabrindo a fronteira quinze anos depois?”, apresentada em dezembro de 1994 no NAEA/UFPA. A realização da pesquisa de campo contou com os recursos do Programa de auxílio de bolsas para mestrados do Norte/Nordeste da Interamerican/ANPOCS.

<sup>2</sup> Professor Assistente do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. e-mail: marcelosc@elo.com.br

A partir dos anos 70, produziu-se sobre a Amazônia uma vasta literatura acerca da “luta pela terra”. Nesta, a marca quase que invariável foi a da expropriação de grupos de camponeses, das ações violentas perpetradas e da participação ou conivência estatal. Nosso trabalho analisará um processo distinto. Partindo de situação semelhante,<sup>3</sup> a expulsão de posseiros há muito vivendo e trabalhando no vale do Rio Pindaré, descreveremos a retomada da posse da terra por milhares de famílias camponesas no município de Santa Luzia/MA (Figura 1).

No processo de construção da metodologia para a apreensão do objeto de estudo, verificamos que a melhor maneira para conseguir entender aquele movimento seria através de um “estudo de caso”. Buscamos, então, a partir da análise de uma situação concreta de ocupação de terra, a ocupação da área Pindaré (Fazendas Cacique), desvelar os processos pelos quais grupos de camponeses se deslocaram para a área, as formas organizativas que constituíram, a composição social e as contradições vivenciadas na área ocupada.

A exposição que segue está dividida em duas partes. Na primeira, discutimos, com o recurso da história oral,<sup>4</sup> um processo específico de ocupação e, na seguinte, intentamos construir uma relação entre o movimento maior de ocupações com a teoria da “fronteira”, apontando para o entendimento das ocupações como a abertura de ma “fronteira não-física” (Velho 1979).

## **A OCUPAÇÃO DA ÁREA PINDARÉ (FAZENDAS CACIQUE)**

O que designamos aqui como área Pindaré da Fazenda Cacique, é uma das quatro propriedades pretendidas, com cerca de 82 mil hectares (Figura 2), pela Agropecuária Cacique, empresa de grupo ligado à

<sup>3</sup> Período em que o governo do Estado do Maranhão, através da Lei de Terras, estimula a apropriação de vastas extensões de terra por grupos empresariais na Pré-Amazônia Maranhense. Para uma aproximação com este processo consulte-se Almeida (1981), Luna (1984) e Asselim (1985).

<sup>4</sup> As entrevistas e as observações que servem de base a esta análise foram realizadas em dois períodos de estada no campo (26/04 a 05/05 e 12 a 17.12 de 1992). Para uma visão geral do movimento de ocupações contou também o trabalho realizado durante o ano de 1993 na equipe de pesquisa do Seminário Consulta, Carajás: desenvolvimento ou destruição?





produção e manufaturamento do café, localizada no centro-sul do país. Segundo o cadastro de conflitos no campo da CPT, no ano de 1973, a Cacique teria comprado e legalizado três das quatro áreas pretendidas: a Cacique Agropecuária e Industrial do Maranhão S/A; a Agropecuária e Industrial Tucumã (20.716 ha) e a Agropastoril e Industrial Guairacara (20.809 ha). A outra área sob pretensão do grupo, a Cia. Agropecuária Pindaré aparece como não legalizada. Ainda conforme essa fonte, em 1976 o Estado do Maranhão pede a anulação das negociações e tenta na justiça a discriminação das terras da mesma (CPT, Ficha MA-82).

Segundo informações atualizadas, colhidas junto às Divisões de Recursos Fundiários dos órgãos responsáveis, a Cacique e a Tucumã foram desapropriadas pelo INCRA, enquanto a Pindaré e a Guairacá são objeto de litígio entre o Estado e o grupo empresarial Cacique. Mesmo estando nesta situação, o ITERMA chegou a realizar a demarcação das quadras e entregou cartas de anuência para a área Pindaré.

As Glebas Cacique (21.822 ha) e Tucumã (20.355), consideradas como áreas de interesse social para fins de reforma agrária, foram desapropriadas em 20.08.93. Conforme indicação constante no "Laudo de Vistoria e Reavaliação das Glebas Cacique e Tucumã", de 27.12.93, as referidas áreas foram avaliadas, respectivamente, em R\$ 2.422.074,69 e R\$ 1.277.952,79 (valores atualizados para dezembro de 1994).

Localizando melhor a área Pindaré, esta se limita ao Norte com o Rio Pindaré, ao Sul com a área Guairacá, a Leste com a área Tucumã e a Oeste com a fazenda União (Figura 2). Possui, de acordo com informações do ITERMA, 20.300 hectares e sedia a estação de passageiros da EFCarajás, denominada Presa de Porco (km 365).

### **Ocupação inicial e a presença dos "sítios velhos"**

Ao chegarmos em Presa de Porco - denominação da área do patrimônio da ocupação da Pindaré - nosso objetivo imediato era o de reconstituir o processo do que definíamos como de ocupação recente da área, ou seja, aquele que se inicia a partir de meados dos anos 80. Contudo, em nossos primeiros contatos ficou evidenciada a presença na memória dos

ocupantes de um momento bem anterior, antes mesmo das iniciativas de apropriação da área pela agropecuária Cacique.

Referências essas, em alguns casos, marcadas pela própria experiência pessoal de ocupantes<sup>5</sup> e de antigos moradores da região que presenciaram a ocupação da área, como *tropeiros*, indivíduos que transportavam cargas para dentro e fora das povoações nas cercanias do Rio Pindaré.

“Aí comecei a trabalhar com burro aqui, (...). Eu carregava era arroz, só arroz, milho essas coisas assim, aqui pra pista do rio, pros posseiros que trabalhavam aqui dentro. Nessa época não tinha nada, só mato, aqui não tinha estrada. A estrada era só varedinha de animal.

P. Que estrada? Da Varig?

Sim senhor, lá eu entrava na Verona e saía aqui nessa estrada que vem pra aqui (...), depois foi que fizeram essa estrada de ferro.

P. Quem fez essa estrada?

Foi *posseiro*, caçador que vieram pra cá pra dentro desse igarapé. Viajava por dentro, outra viajava por fora. Era beirando o Rio Pindaré toda vida por dentro desses igarapé.

P. Já existia a fazenda da Varig?

Nessa época? Não! Nessa época foi o tempo que ela *situou* aquilo ali. Aí nós viemos, nós chegemo ali, foi o tempo que eles *situaram*” (Adão L).

O *tropeiro* se refere a uma das formas de se atingir a área da Cacique, a partir da BR-222 (ex-MA-074) adentrando um pouco adiante de Buriticupu, em frente à madeireira Verona, pela estrada da Varig até o encontro desta com o Rio Pindaré, de onde se segue, acompanhando o rio, até o povoado de Presa de Porco. Como o informante registra, essas entradas ocorrem no início dos anos 70, momento em que as empresas agropecuárias estão se apropriando das terras devolutas em Santa Luzia.

<sup>5</sup> Como se verá ao longo do texto e dos depoimentos a designação ocupante não aparece como uma categoria de auto-designação do grupo entrevistado, trata-se de uma nomenclatura cunhada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) local e as entidades de apoio à luta dos trabalhadores.

Entrementes, a presença de posseiros na área pretendida pela Cacique é anterior aos anos 70 e refere-se a um período em que a região ainda não estava cortada por rodovias - a MA-074 foi iniciada em 1969 - quando o Rio Pindaré era o meio por excelência da entrada dos posseiros.

"(...) E aí foi que foi entrando esses outro pessoal. Logo foi no mesmo ano, na mesma época veio entrando (...) lá na nascente e aí a gente na primeira situação que nós fizemos foi aí na beira do (igarapé) Gatinho. Foi, (...) aí a gente já tava aqui com uns três anos quando chegou o pico aqui.

P. Vieram de onde?

De Alto Alegre, de canoa. É uma morada daqui pra baixo, você não conhece mas cê vai passar lá que o trem para lá. (...) E aí a gente veio, convidado assim né: rapaz, umbora subir aí pra cima.

P. Só vinha de rio pra cá?

De rio, não tinha outro tipo de estrada, só de rio, era a maior dificuldade.

P. Quanto tempo do Alto Alegre pra cá?

Quanto tempo? Seis, oito dias néra Maria? Era! Nós gastamos oito dias a primeira vez que nós chegemos. No remo, remando, botando quente" (Quaresma do G).

A chegada pelos cursos fluviais denota uma característica da ocupação inicial da área. Outros trabalhos como o de Santos (1983:11) e o livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição (1980:73), organizador de movimentos de trabalhadores rurais e dos primeiros sindicatos da região, já chamavam a atenção para o papel desempenhado, junto com as "picadas" da PETROBRÁS e da estrada do Telégrafo, dos cursos d'água no desbravamento do Vale do Pindaré.<sup>6</sup>

Voltemos ao depoimento anterior, cuja história de vida relata uma das mais recorrentes trajetórias de camponeses que têm lutado pelo acesso à

<sup>6</sup> Como o Pindaré no verão fica muito seco e sujo, torna-se difícil sua navegação. Um outro caminho utilizado era o das aberturas realizadas pela Petrobrás à procura de poços de petróleo. Manuel da Conceição e mais dez famílias chegam a São José do Tufi (hoje Tufilândia), povoamento localizado no município de Pindaré-Mirim, em 1962. Como registro sobre a ocupação mais acima do Rio Pindaré cita as *caçadas que realizava pros lados de Buritipupu* (sic) (1984:78/80) (grifos do autor).

posse da terra no Pindaré. A família do ocupante após se instalar na confluência do Igarapé do Gatinho com o Rio Pindaré, no final dos anos 60, é expropriada pela Cacique na década de 70 deslocando-se para a margem esquerda do rio:

“P. Esse povo todo foi colocado para fora?”

Foi, todo teve que sair. A Cacique botou pra fora. (...) fomos para o outro lado (do rio). Aí quando eles tavam botando a gente aqui pra fora, que esta área aí nesta época toda aqui era indígena, aí nós atravessamos, fixemos as primeiras roças lá, mas assim em dúvida que essa área a gente sabia que era indígena” (Quaresma do G).

Sob a suposta proteção da área indígena - referem-se à Área Indígena Caru - permanecem na região até a oportunidade de retornarem à primeira *assituação* com a ocupação da área Pindaré. Contudo, mesmo para ocupantes que não apresentaram relações passadas com a área em questão, a referência a esses primeiros *posseiros* é sempre relatada, agora com discriminadores indiretos, pela marca dos *sítios velhos* na paisagem:

“(...) isso aqui antigamente foi moradia de gente, quando a fazenda tomou isso aqui do pessoal, isso aqui tinha gente, aqui já tem *sítio velho*, de limão brabo, de mangueira, que era de moradores de antigamente, antes da Cacique tomar de conta (...). Esse pessoal metade já morreu, outros morreu matado” (Osvaldo F).

“Mas aqui tem muito. Só se sair de *sítio* em *sítio*.”

P. Antes da Cacique?

É aqui tem muito *sítio* feito aqui dentro, aqui na beira da estrada tem um mangal grande, não foi eles que plantaram, foi dos morador que fizeram. Aqui pra dentro tem outro *sítio* bem aculá (...) e assim informa. Aculá dentro tem outro *sítio*, tem é muito *sítio* feito dessas épocas, *sítio velho* de morador” (Adão L).

Referência que quase sempre é contrastada com o momento em que a empresa expulsa os *posseiros*, e ocupa ociosamente a área pretendida, sem plantios ou com a abertura (especulativa) de pastagens, frente à valorização das terras com a chegada da ferrovia:

“Aí quando eles souberam que ia passar aqui (a ferrovia), aí a fazenda ‘estuciou’, mandaram fazer essa derrubada esperando a indenização que a firma fizesse pra ela (...).

P: Derrubaram e plantaram alguma coisa aqui?

Aí eles fazendo o serviço e a turma em cima derrubando. Aí tocaram fogo e empastarm essa área toda de pasto e aí meteram o arame que inda hoje tem arame (...). Aí o chefe deles fala pra lá e manda dizer: “É pra continuar o serviço que a fazenda tá esperando uma indenização” (Quaresma do G).

A afirmação da existência dos primeiros *posseiros* é simetricamente negativa à legitimidade da presença do grupo empresarial, sentimento que é superlativizado em função da disputa pela terra ainda muito recente. Juntamente com esta caracterização negativa associada à Fazenda Cacique os depoimentos também arrolam as violências praticadas pela empresa.

“Aí entrou o serviço nos picos, aí a Fazenda botou em cima mesmo certo, botou todo mundo pra fora. Olha aqui dentro, quando nós chegamos aqui primeiro já tinha gente morando, daqui 18 quilômetros né. A dezoito quilômetros daqui lá perto do Renato (...), o véio André daqui a 6 quilômetro e lá tinha gente, você acredita?

Já tinha cinco anos, só capim, nessa mata nem caminho tinha. Esse povo fazia essas viagens, fazia rancho, varando aí por dentro nessa mata, torando cipó, *assituando*. Quando a Cacique veio botou tudo pra fora e o mais pior foi que esse véio que eu tô falando aqui, que pegaram esse véio e foram prender esse véio lá em cima, no “estirão da sapucaia” (...). E o pessoal da Cacique pegou gente para botar água no arroz do véio André, para aprodecer. Eu conheci, fizeram isso com ele...

P. Tocaram fogo?

Não! Mas botou gente pra despejar água no paiol, mais ou menos uns *Duzentos alqueires* de arroz” (Quaresma do G).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O alqueire pode indicar tanto uma medida de área, na região equivalente a cinco hectares, como também ser uma medida de volume, como no caso citado, referente a trinta quilogramas; já o termo “assituando” se refere às ações que os primeiros moradores desenvolvem ao se estabelecer numa área. Para uma discussão as relações sociais que permeiam a constituição do “assituante” (Santos 1983:23-31).

Utilizando estratégias já usuais nos relatos de violências contra posseiros em áreas de fronteira agrícola, como a de colocar animais nas roças:

“P. Todo esse pessoal quem tirou foi ele?”

Foi ele, foi o ‘Polícia’ foi quem tirou mandado pela Fazenda (Mas ele foi quem tirou). Aí o que ele fez, essa parte aqui ele jogou porco dentro. Isso aqui tinha porco que fulminava aqui nesse mato rapaz.

P. Na mandioca?

Na mandioca, lá na ‘Espera Grande’. Botou pra fora o pessoal todo, essa área toda. E aí antes dessa invasão, quando eles alimpam, vamos dizer, alimpou a área dos posseiros, aí jogou a *jagunçagem* dele. Aí meu moço, se você visse ao menos subindo esse rio aí eles já lhe olha, pula dentro d’água, larga a canoa e aí tamos conversado” (Quaresma do G).

“Isso aqui agora está desmatado é do povo, (a ferrovia) pode ter desmatado aqui no meio da estrada, mas nessa época tinha era dos *posseiros*, era os posseiros, os *moradores* que eles botaram pra sair, naquela época, do *tempo do carrancismo né*” (Adão L).

Um tempo marcado pela ação violenta da Cacique contra os primeiros moradores. A limpeza de área como medida para a garantia sem maiores percalços de uma propriedade já há muito tempo ocupada por *moradores*. Por outro lado, os depoimentos deixam entrever também a construção de uma dualização constante, entre a legitimidade da posse dos primeiros ocupantes, fundada na anterioridade da chegada e no aproveitamento efetivo da terra, contrastada com um processo visto como ilegítimo, violento, de açambarcamento e não aproveitamento das terras.

Em meio a essa apresentação dicotomizada da luta pelo acesso à terra, pode causar estranheza a não referência nos depoimento à ação do Estado, em suas diferentes esferas de intervenção na questão agrária. Talvez a resolução desse aparente paradoxo esteja na própria ausência do Estado do discurso camponês, pois, para estes, não se verifica ou não se tornam visíveis os possíveis elementos de sua ação no campo (regularização fundiária, fomento à produção, políticas sociais, previdência, saúde e educação). A confirmar esta percepção está a perspectiva com que o Estado apreende e trabalha presença camponesa em terras devolutas no Maranhão,

como assinalam Wagner & Mourão (1975:11) em estudo sobre o planejamento governamental para a agricultura na década de 70.

### **Retornando às margens do Pindaré ou dia em que “a galinha ciscou pra diante”**

Segundo o relato dos ocupantes, a Fazenda Cacique tinha uma fama construída na região. Por força da sanha violenta com que desenvolveu a ação expropriatória sobre os primeiros *posseiros* (*o tempo do carrancismo*) e pelos mecanismos de vigilância que mantinha em relação às áreas pretendidas, somada à ausência/ação do Estado produzia uma sensação de intocabilidade e segurança dos pretensos proprietários, que era incorporada ao imaginário local. Os depoimentos a seguir indicam essa percepção:

“(…) (‘seu Pedro’) eu nasci e quase me criei aqui dentro da Fazenda Cacique, do grupo Cacique. Desde menino que trabalho aqui nessa região, trabalhando nela mesmo, então o grupo Cacique é um ‘*chá amargoso*’, prá nós entrar nesse grupo aí é pesado, que aí é proibido entrar até pra tirar um cipó, quanto mais um lote. Eu disse que aí o regime é meio pesado” (Jessé do O).

“(…) quando eu passava aqui eu dizia: rapaz, essa área do chão aqui é bom da gente morar. Ele dizia: nada rapaz, aqui só mora de gente os que era empregado, os vigias. E dizia: no dia que isso aqui *encher de gente é só no dia que ‘galinha ciscar pra diante’* (…)” (Adão L).

O tempo, todavia, não confirmaria a predição que é indicada como um argumento desenvolvido pelo vigia da Fazenda Cacique e passada um pouco mais de uma década de sua instalação, um movimento em duas frentes ocuparia a área Pindaré da referida Fazenda. Uma outra geração de camponeses recuperava, assim, as margens do Pindaré.

Ao contrário do que ocorreu com outras ocupações da região, casos da União, Terra Bela, Capoeira e mais recentemente, na Miril, na área Pindaré não ocorreram ações coletivas de enfrentamento que chegassem a um nível mais violento de desfecho, do tipo de ação de despejo. Os tensos momentos iniciais da entrada na área são relatados mais em termos de escaramuças entre ocupantes e gerentes, pistoleiros e vigias da fazenda:

“Aí com dois dias eles vieram e trouxeram já o (novo) vigia. E o ‘Antonio Vigia’ saiu da casa e foi lá para a União, com medo de nós foi ser posseiro também.... E aí o Cirilo (novo vigia) ficou trabalhando, quando foi com quatro dias que nós coupava a área (...), chegou o ‘doutor Adelmo’ que era o gerente, chegou com doze homens, tudo armado (...) aonde um eu conheço bem que era o Pedro Franga e o Arlindo da Sapucaia e o Wiliams, empeleteiro geral, um moreno.

Aí nós saímos. Nós não conferiu não mais tinha baseado uns trezentos nesse dia, uns quatrocentos a trezentos (...). Aí nos chegamos. No que nós chegamos o ‘doutor Adelmo’ disse: mais ‘seu Pedro’ o que é isso, não precisa disso não moço, pelo ‘amor de deus’ Eu mandei lhe chamar aqui foi para um pequeno entendimento, eu não quero agressão” (Jessé do O).

A mobilização coletiva aparece como um inibidor da possível violência individual contra a liderança da ocupação, contudo, pensamos que somente esta manifestação de força dos ocupantes seja insuficiente para explicar a não ocorrência de embates de maiores proporções. Será a precariedade ou a não legalidade da propriedade da terra que impedirá a Cacique de ações mais violentas, semelhantes às desencadeadas na Pré-Amazônia Maranhense. Os ocupantes percebem esta situação quando nos relatam os primeiros embates:

“P. E o conflito com o pessoal da Cacique, pra tirar vocês?

Não. Tinha era assim (...), porque eles vieram assim, tem a Pindaré e tem a Tucumã né? A confusão, o problema do Silva com os guardas, que disse que era polícia não era guarda da fazenda (...) era que pra eles não (podia) atravessar pra Tucumã. Isso aí as *roças* que tinham pra banda de lá eles queriam proibir, né, dos homens plantar lá. Depois fizeram acordo pros homes plantar arroz e milho, aí depois não era pra passar. fizeram acordo que sim e aí eles íam abrir mão da Pindaré, porque pra eles... mais aí ó, tudo tá...

P. O pessoal entrou na Tucumã...

Tucumã, tá lá tudo. A confusão era essa, sempre que eu ia com a Virginia, nós ia quebrar côco lá na Tucumã os ‘cara’ passava de manhã e eles iam fiscalizar a *roça*, ver o que tava plantando na parte da Tucumã né, *quer dizer que daqui da Pindaré eles abriram...*” (Dona Rosa) (grifos do autor)

A tentativa da empresa em impedir o acesso à Tucumã, de manter os ocupantes nos limites da área Pindaré, pode ser explicada pelo fato de que para aquela área o grupo Cacique legalizara a apropriação das terras, de forma que chegam até a permitir o plantio de culturas como o arroz e milho, culturas de ciclo curto, ao contrário da mandioca que, por estar relacionada com um período maior de permanência do lavrador na terra, não é permitida pelos latifundiários na região. Essa aparente fragilidade da empresa sobre a área contudo, é apenas uma das faces do processo que desencadeia o movimento de ocupação. Para nós, mais importante será averiguar a gênese dos movimentos iniciais de entrada na área Pindaré, dos dois agrupamentos que primeiro organizarão e disputarão a sua liderança: um fruto do desdobramento do movimento de ocupação da Fazenda União e outro, de procedência urbana que se desloca de São Luís, do bairro do Anjo da Guarda.

A diversidade quanto à origem dos ocupantes e aos diferentes processos de mobilização por eles vivenciados é uma das riquezas que a análise desse caso particular de ocupação nos proporciona. Mesclam-se aqui diferentes elementos presentes no movimento geral de ocupações na região. Sem pretensão de estabelecimento de qualquer hierarquização entre ambas as frentes, passaremos a descrevê-las a seguir.

### **A ocupação como desdobramento do movimento para a União**

Um primeiro grupo de ocupantes entra na área Pindaré no início do mês de março de 1987. Originam-se de um grupo que chega após o início da ocupação da Fazenda União. Ao entrarem na área vão se deparar com uma situação de distribuição de lotes já encerrada:

“No dia 25 de fevereiro de 1987, nós chegamos nesta data, quando foi no dia 28, nós vinha se embora voltar pra casa, porque os representantes da área da União disseram pra nós que a terra não dava mais, já estava um *inchamento* muito grande e na nossa volta o ‘Pedro Aleijado’ convidou nós prá enfrentarmos, conquistar um pedaço dessa Pindaré, do grupo Cacique” (Jessé do G).

Segundo informações do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do município de Santa Luzia-MA, uma primeira ocupação da Fazenda União<sup>8</sup> deu-se a 22 de julho de 1986. Quase dois meses depois esse primeiro grupo de ocupantes foi desalojado da área por uma operação policial de larga escala (16 a 18 de setembro de 1986), fato que foi registrado por Ermacora e Nowak (s.d.:68/69), em relatório sobre direitos humanos nos conflitos de terra no Estado do Maranhão e no Bico do Papagaio.

Além do fechamento da ocupação, outros problemas estarão na origem do movimento para a Pindaré. Mesmo entre aqueles que conseguem *cortar* um lote, questões posteriores de organização interna vão produzir novos deslocamentos. Como discorre um entrevistado que, partindo de um primeiro insucesso na ocupação do Brejo Social, participa do movimento inicial de ocupação da União e só consegue se estabelecer na área da Pindaré:

“(…) Aí eu fiquei lá na terra dos outros. Aí eu disse: mulher sabe de uma coisa. Vamos se embora. Aí foi o tempo do Deusdete chegar e faz uma propaganda. Aí o INCRA veio e fez o alevante pra quando surgisse qualquer coisa pra mim entrar. Aí o Deusdete falou: vamos entrar na União. Aí eu fiquei assim..., digo: eu vou lá! Vou arriscar. Aí viemos, fomos quarenta, quarenta e quatro homens.

P. Entraram por onde? Naquele local onde hoje é o “patrimônio” da União-Portugal?

Foi por lá mesmo. Foi eu, o Deusdete gostava muito de mim. Aí não deu pra mim na União, porque a mulher pegou e disse: oh! homem, sai daí porque não dá certo. Larga esse homem (Deusdete). Correu o boato que ele ‘puxava’ gente” (Paulo R).

O indivíduo em questão, Deusdete, era vigia da Fazenda e por questões não bem esclarecidas - em outro depoimento há o relato de uma suposta briga com a direção da Fazenda por causa de contenda salarial -

<sup>8</sup> Trata-se da ocupação que se realiza na área hoje conhecida como União-Portugal, que se localiza nos fundos da área da fazenda junto ao Rio Pindaré. É que a União foi dividida pelo proprietário em um conjunto de oito áreas: Portugal, Babilônia, Palmares, União (Gavião), Santa Maria, Santo Antonio, Indiana e Vale Verde (São José e Gurida), todas já ocupadas por camponeses.

passou a organizar a entrada de ocupantes na União. Posteriormente viria a se tornar *pistoleiro de aluguel* e a comerciar lotes e madeira em áreas ocupadas. Em 13 de outubro de 1990 foi assassinado em confronto com a polícia militar do Estado.<sup>9</sup>

A experiência da perda do lote, que fora tão duramente conquistado, é relatada por um ex-integrante do MST local:

“Com aquilo eu fui desvanecendo e falei pro ‘Mundô’ que eu ia sair da comunidade, que eu não ia mais trabalhar no Movimento dos Sem-Terra. Não, que eu achei as posses muito baixas. E saí (da União). Até hoje eu tenho lutado muito pra possuir uma terra, já sofri muito... Quando eu cheguei pra cá (na Pindaré), recebi um convite pra mim, prá cortar uma terra lá na Tucumã” (Reinaldo C).

Quando realizamos a entrevista com este ocupante, ele ainda não conseguira um lote nas áreas de ocupação. Depois da experiência relatada na União, tentara um lote na ocupação da Tucumã e morava na área do patrimônio da ocupação da Pindaré onde podia realizar o cultivo (arroz, milho) em uma pequena área e já pensava em se deslocar para a ocupação da fazenda da Sanbra.

Como vimos relatando, uma das características mais marcantes da trajetória dos ocupantes dessa frente é a da experiência com processos recentes de expropriação na região de Buriticupu. É o mesmo membro do MST local que, relatando a entrada na União, alude a esta referência:

“O Deusdete que era o vigia, tinha se revoltado contra a fazenda (...). Aí nesse intervalo foi que eu recebi o convite. Aí eu arrumei esse povo pelo “quilômetro 100”, pelo “quilômetro 88”; nessa época a fazenda Rodominas tinha expulsado um povo que estava na beira da estrada, até que nós fizemos cinquenta e seis pessoas. No dia cinco de agosto partimos pra essa fazenda União” (Reinaldo P).

<sup>9</sup> Assim está relatado o referido evento no cadastro de conflitos no campo da CPT: “O pistoleiro Deusdeth de Araújo tenta matar o líder dos Sem Terra, Luís Soares Filho, o Luís Vila Nova, virtual deputado eleito pelo PT. A partir de ameaças de morte que pesaram sobre Vila Nova, na semana passada ele pediu proteção policial e graças a isso a polícia está no local nesta hora que os pistoleiros tentam consumir seu intuito. Na troca de tiros, o pistoleiro Deusdeth de Araújo é morto pela polícia” (Ficha MA-040:17).

Retornam também os remanescentes dos primeiros moradores da área, que após o processo de expropriação permaneceram do outro lado do Rio, nos limites com a área indígena, o que, segundo indicam, teria permitido a sua não expulsão, participam da primeira entrada na União e entram depois na ocupação da área Pindaré da Cacique:

“Da União [a primeira expulsão]. Justo. Aí junta tudo, bota (...) só não fizeram foi bater não. Chega no Buriti, joga tudo no meio da rua. Aí fica por lá e tudo, (mas) posseiro é como garipeiro o custo é entrar a primeira vez, né?”

P. E quando vocês voltaram pra cá?

Pra cá tá com uns cinco anos né, uns cinco anos saiu essa invasão. Que aí a primeira invasão foi na União. Eu não tava aqui, que eu tava lá pra baixo. Ela (foi) quem permaneceu todo tempo aqui. Aí foi convidada pra invadir a área lá, né? Um cara foi enfrentar, que sempre tem que ter um *enfrentante* né? Aí vai e chama o povo e eles foram, eles entraram, fizeram roça e tudo, mas nem aproveitaram antes de derrubar a roça a polícia entrou...” (Quaresma do G).

### Da cidade para o campo? Do Anjo da Guarda à área Pindaré

No outro processo de ocupação, o elemento que se destaca é a procedência urbana de seus membros. Estes chegam em junho de 1987, três meses após a primeira entrada pela União, muito embora o que eles designaram como um grupo “exploratório” já tivesse percorrido a área.

Dona Rosa, a única mulher presente no momento da entrada, com riqueza de detalhes relata este processo:

“Foi através duma carta, quando o Sarney se ‘apossou’ presidente aí o ‘Fogoió’, que era companheiro dos antigo, aí o ‘Fogoió’ (...), ele escreveu uma carta pra Sarney. Aí custou, com dois anos ele deu a resposta da carta, aí indicando que ele fosse ao INCRA que fizesse o cadastro e aguardasse as terras né? Custou, custou e nada (pro) *lavrador* (...), num barracão se reuniu com o Agenor, né? (...) O Agenor era um concunhado dele, que já morreu, né? e morava com a mulher dele. Era irmão da mulher do Fogoió sabe? era tudo assim (...) Aí ele disse assim; fizeram a reunião, eles convidaram um grupo de homens lá e lavrador

e tal... e foi um casa, então ele fez um grupo assim, duns onze. Aí fizeram o acordo assim de irem ao INCRA, e foram, no INCRA mesmo, não tinha ITERMA ainda, né? Faz tempo isso, aí do tempo do Sarney que se luta... Aí foi, chegou lá no INCRA, fizeram o cadastro, pediram documento, aí fez tudo certinho. A moça fez o cadastro e disse lá pra aguardar, daí quando surgisse uma terra era a vez. E de vez em quando o Agenor ia lá olhar (...). Aí que foi falado, de tanto insistir lá... aí foi falado essas terras pra cá, que estavam *devolutas*.

P. Quem falou?

Foi informado assim, falou por lá (...). Eles mesmo né, como se eles dissessem assim: que era pra trabalhar, passando precisão, desempregado. *Lavrador na cidade sofre né, desempregado*. Aí vieram de São Luís, tomar conta. Aí quando chegou aqui (...)" (Dona Rosa).

Optamos por apresentar este depoimento um tanto quanto extenso pela diversidade de elementos discriminadores dessa frente de ocupantes que ele nos permite apresentar. Dentre estes sobressaem-se: i) a referência à conjuntura nacional (governo Sarney) como condicionadora do processo; ii) a atuação favorável do órgão do governo federal responsável pela questão da reforma Agrária, iii) a já citada procedência urbana dos ocupantes e, iv) com referência a este aspecto a manutenção, mesmo na área urbana, da identidade de lavrador. Esta identidade, mantida mesmo quando da residência na capital do Estado, talvez seja o aspecto mais importante para a compreensão desta frente de ocupantes. Ela revela, por um lado, que as características camponesas permanecem por mais tempo do que correntemente se julga e, de outro, que as próprias condições de vida e trabalho nos centros urbanos<sup>10</sup> ("*lavrador na cidade sofre, desempregado né?*") reforça aquele sentimento de adscrição, ao privar aqueles trabalhadores de condições mais favoráveis de reprodução social. Outro ocupante relata esse processo:

---

<sup>10</sup> Fenômeno característico da forma como se processou a urbanização em nosso país, sem o alicerce de uma industrialização que pudesse incorporar em postos de trabalho o conjunto da população migrante rural-urbana, naquilo que se denominou de uma "industrialização de mercado urbano restrito" (Cardoso & Faletto 1980).

P. O Sr. passou quanto tempo em São Luís?

*Quatro anos em São Luís e nunca consegui nada.* Foi em 88, no tempo em que a gente entrou aqui eu estava para Teresina com uma senhora doente, eu levei ela pra lá e quando cheguei soube que eles tinham entrado e eu vim.

P. Soube como?

Através de uns companheiros que falaram que ele tinha entrado aqui nessa área da Cacique.

P. O Sr. morava em que bairro?

Eu morava na Vila Mauro Fecury, no Anjo da Guarda. Então nós viemos de lá, vinte e seis companheiros, né? Eles vieram realmente na frente e eu vim atrás, por sinal eles foram primeiro no INCRA (...). Por sinal muitos ainda fizeram cadastro no INCRA" (Gersino C).

Ainda que de forma não direta, percebe-se aqui e em depoimentos posteriores, os reflexos do processo de reorientação na direção do INCRA, quando do início da "Nova República".<sup>11</sup> Como os depoimentos apontam, ela desempenhou um papel importante, não somente pela suposta indicação das áreas passíveis de desapropriação mas, primordialmente, pela legitimação que dava ao processo de ocupação.

Vale assinalar que os depoimentos sobre a formação e as motivações que levaram esse grupo de ocupantes a se dirigir da capital do Estado para as matas do Pindaré, guardam muita semelhança com o relato apresentado por um trabalhador expropriado pela AMZA/CVRD na área onde hoje se localizam as instalações do terminal ferroviário da EFCarajás nas

<sup>11</sup> Um emblema desta mudança foi a indicação de José Gomes da Silva, técnico e empresário agrícola, com longa trajetória de defesa da reforma agrária no País, para a presidência do INCRA. O curto período em que este se manteve à frente do órgão, até 24 de outubro de 1985, não deve obscurecer a força com que os segmentos pró-reforma agrária ainda se mantiveram no INCRA e no MIRAD, como ele mesmo chega a indicar, no relato que faz da sua demissão: "A queda era, como se vê, inevitável. A difícil semana após a assinatura do decreto n.º 91.766 só conseguiu adiá-la por mais alguns dias. (...). Restava apenas decidir quem poderia continuar resistindo. Como, quanto e onde foi feito numa série de reuniões e avaliações (...)" (Silva 1987:152/3). Na bibliografia verificamos uma indicação sobre esta reorientação do INCRA, na análise que Barreira (1992:150) apresenta sobre lutas camponesas no Ceará: "Este período representa o engajamento do INCRA-CE em uma política fundiária voltada para o camponês, ao lado da quebra de 'laços fortes' com o latifúndio, com o setor coronelista do Estado."

proximidades do porto de Ponta da Madeira e que foi transferido para o Morro do Pelado (Alto da Esperança) no bairro do Anjo da Guarda (Andrade & Corrêa 1986/67:46). Pelas possibilidades de comparação transcreveremos parte do depoimento que foi recolhido pelas autoras acima citadas:

“Estou com muita fé de nós conseguir os transportes e de nós achar os terrenos mais ou menos próprio e nós trabalhar. E nós vai trabalhar que já tem cinquenta e tantas pessoas na relação (...). Então *nós procuramos arranjar, aqui nessa beira de estrada, linha de ferro, aqui pro lado de Nova Vida*, ou mais adiante um lugar pra nós trabalhar, (...). Com esse negócio de Reforma que vem aí que tá muito anunciado arranjar terra pra nós (...). Eu confio, porque o INCRA não vai deixar de apadrinhar essa turma da gente que tá tentando se localizar. E então, precisamos de uma ajuda da repartição, do governo do presidente, que lá nós queremos fazer muita coisa. *Depois que nós chegar na mata, queremos tirar o local pra fazer o patrimônio*. Depois do patrimônio tirar os lotes pra nós cultivar os trabalho. (...) Ao redor, depois que nós tirar o local, tem muita gente querendo ir pra lá, *portanto que mais tarde lá vai ser assim uma espécie de cidadezinha*” (g.n. apud Andrade & Corrêa 1986/87:49/50).

Apesar de não termos conseguido identificar uma relação explícita entre os membros dos dois grupos,<sup>12</sup> que pode ter se realizado com a participação direta ou através de familiares, o que o depoimento nos indica é a existência de um projeto coletivo entre expropriados e moradores do bairro do Anjo da Guarda, de reconquista da condição de lavrador, como denota a fala acima apresentada e os depoimentos dos ocupantes que saem da capital do Estado. Para tanto, basta mencionar a já assinalada relação com o órgão estatal diretamente responsável pela questão; a identidade de “lavrador” lida como uma manifestação da dificuldade em se reproduzir fora da sua “profissão”, e, como acompanharemos no decorrer do texto, a visão sobre o papel da área do patrimônio.

---

<sup>12</sup> Até porque, quando verificamos esta possibilidade, já havíamos realizado o conjunto das entrevistas. A sugestão para a possível relação devemos à prof<sup>a</sup>. Maristela Andrade; posteriormente o então funcionário do INCRA, J. L. reforçou esta indicação.

Se a frente de ocupação que parte da União teve como principal expoente “Pedro Aleijado”, hoje não mais presente na área; a que vimos relatando terá em “Agenor” sua principal liderança. Nos primeiros momentos da ocupação haverá um confronto entre estes dois grupos de ocupantes. Apesar do critério de entrada na área ser um elemento importante na definição do grupo que dirigirá os rumos da ocupação, principalmente neste caso, em que não se verifica a presença de partidos ou movimentos de trabalhadores institucionalizados (MST, STR), será o grupo do “Agenor” que, apesar da chegada mais tardia na área, conseguirá obter a direção no processo de ocupação da área Pindaré. Os relatos seguintes nos ajudarão a compreender melhor os meandros dessa disputa:

“Logo surgiu o ‘finado Agenor’, também como representante, aí nos conquistou para fundar o povoado.

P. Como assim? Como foi a fundação do povoado?

Pois um certo dia, o dia 5 de junho... nós estávamos lá dentro brocando, quando surgiu, apareceu o ‘finado Agenor’, como representante daqui. Que nós cortemos na divisa da União com a Cacique e viemo até o (igarapé do) Ourinho na loteação. Aí ele chegou com 44 homens se assituou aí bem perto da torre, ele veio de São Luís.

P. Ele era lavrador também?

Ele era *lavrador*. Aí quando eles chegou aí que entraram aqui na mata toparam já com as nossas ‘variantes’ feitas, e, já completando noventa dias que nós tava ocupando a área ele chegou com outro grupo (...). Agora o fundador da *invasão* foi o ‘Pedro Aleijado’, juntamente com média de dezessete, que fez a *invasão* foi dezessete homens” (Jessé do O).

“Bom, olhe o que eu sempre digo: o direito se dá a quem tem. Pode ser meu filho, pode ser meu irmão, pode ser quem for meu amigo..., mas se você não tem o direito eu não lhe dou o direito. O Sr. ‘Pedro Aleijado’ por uma parte tem o direito, porque ele foi o primeiro quem enfrentou a barra mais pesada, quem furou o ‘pico’ de dois mil metros, daqui de dentro (até) em cima na Tucumã (...). Mas o Sr. ‘Pedro Aleijado’, ele deu uma de sabido e uma mesma hora foi de besta. Porque

ele queria ficar comandando só pra ele essas duas quadras e aí não pode acontecer uma coisa dessas. Nem eu, nem um chefe ou um *primeiro enfrentante* não pode pegar mais que um lote" (Gersino C).

A primeira fala corresponde à posição de um ocupante que entra com o grupo de "Pedro Aleijado" e a segunda de um que chega com Agenor. Em ambas podemos ler como se travou o processo de disputa pela liderança da ocupação. Em primeiro lugar aparece a concordância. Mesmo o pertencente ao grupo do Agenor aceita a precedência e a liderança de "Pedro Aleijado" na entrada da Pindaré. Ele é o chamado *primeiro enfrentante*, que enfrentou o que designam como uma situação de *barra pesada* e por isso merece o respeito, tem o direito de ser reconhecido por tais atributos. Contudo, falha quando do segundo momento, vital no processo de ocupação, que é o da distribuição dos lotes, rompendo com a noção igualitária do acesso à terra. Mais adiante discutiremos com detalhe esta questão.

Por outro lado, percebe-se que no depoimento do primeiro entrevistado, apesar de fazer questão de afirmar que já estavam há noventa dias na área e que o fundador da invasão fora "Pedro Aleijado", indica e reconhece que Agenor é quem conseguira convencê-los, que lhes "conquistou" para fundar o povoado.

A fundação do povoado, também denominado de *área do patrimônio* representa um marco na construção da liderança do grupo de Agenor. Será a partir dele que o agrupamento buscará controlar o acesso ou *corte* dos lotes na área ocupada. Todavia, a constituição do povoado representará bem mais que um local a partir do qual se conquista a liderança da ocupação.

### Construindo o Povoado: o espaço como instrumento de luta<sup>13</sup>

Como já deve ter sido observado, aparecem ao longo do capítulo, expressões diferenciadas para designar o local onde os ocupantes decidiram construir suas moradias. Há uma distinção tanto no nome que designa o local (Presa de Porco/Vila Pindaré) como também na forma como os *ocupantes* classificam este espaço (povoado/vila/área do patrimônio).

A categoria *povoado* é utilizada com sentido próximo ao que a literatura sobre frente de expansão tem enfatizado, isto é, constitui-se em oposição à categoria *centro* (Velho 1972:102). Observe-se o depoimento a seguir:

“P. Sua terra é lá mas montou a casa aqui?”

É porque o Agenor queria que todo mundo tivesse a casa aqui na *vila*, sabe.

P. Porque ele queria tanto formar a vila?

Era porque essa mata pode crescer pra algum lugar. O ‘cabra’ tinha um ‘centro’ lá mais tinha que ter a casa aqui, que era pro lugar crescer. Pra quando chegasse aqui um apoio, uma época (...) nós tinha aquele apoio. Porque tava unido, todo mundo aqui, o bolão certo. Então era por isso que a gente tinha que fazer a casa aqui, e eu achava que ele tava certo” (Osvaldo F).

Consoante esta fala, percebe-se a associação do *centro* à mata, a uma situação de isolamento, enquanto *povoado* identifica-se com a perspectiva de crescimento, de apoio; refere-se também, como se pode observar no depoimento a seguir, à *beira de estrada*.<sup>14</sup> Todavia o pano de fundo da constituição do povoado se insere no próprio processo de luta pela conquista e manutenção da terra.

<sup>13</sup> Retirei esta expressão da tese de doutoramento apresentada por Sader (1986:3), que, ao analisar lutas camponesas desenvolvidas no “Bico do Papagaio” apresenta o espaço, no caso os “povoados” camponeses, como uma forma de organizar a luta pela manutenção da posse da terra. Mais adiante discutiremos esta contribuição, assim como a de Esterici (1989).

<sup>14</sup> Ainda de forma similar ao apresentado por Keller (1975:676): “Mas, se a categoria centro liga-se sempre à ‘mata’, povoado está ligado ‘a ‘beira’, beira de rio ou estrada, (...)”. Diríamos que a mesma oposição se aplica à representação dos ocupantes para explicar a localização dos povoados junto à ferrovia: Presa de Porco (Pindaré), União (Portugal) e Lago Azul.

"Qual a razão da localização aqui?"

É porque realmente nós entramos pelo trem e essa terra aqui era isolada. *A frente da terra era lá no asfalto. Então com a ferrovia foi que descobriu o fundo aqui da terra (...)*. Quando a 'Vale' passou realmente aqui que fez esse 'pico' eles (a Cacique) mandaram roçar essa abertura, o arame passa bem por ali assim, fizeram essa abertura e botaram o colômbio, mas isso era a fazenda.

P. Só na frente?

(...) E com isso nós achou de ficar aqui porque o *meio de transporte* que nós tinha era o trem e com isso nós achamos, olhamos ali o povoado ali naquela entrada, *que era bonito ali naquele alto* e achamos que devia fazer o povoado aqui por isso. Então alguém chegou e se espalhou dentro da mata, então o Agenor convidou o povo e pediu, nós se interessamos em pedir que o povo viesse fazer as casas na rua prá gente ter *força dentro do povoado*, né. Que cada qual morando no mato *assim parece que ficava fraco*. Então realmente o povo foi se conscientizando das coisas e foi todo mundo voltando e fazendo suas casas no povoado, tirando lote de lá, mais, morando aqui no povoado" (Gersino C).

"P. De onde partiu a idéia de fazer a sede do povoado aqui?"

Foi de nós mesmos.

P. O Sr. falou pro Agenor?"

Chamei ele a atenção porque os 'homens' tinham que passar na estrada e *tinham que ver a gente*. De que adiantava nós estarmos escondidos na mata? Então nós viemos lá pra *beira da estrada* que era pros homens ver" (Paulo R).

Afora a qualidade estética que é relatada ("*olhamos ali o povoado ali naquela entrada, que era bonito ali naquele alto*") os demais atributos que definem a localização do povoado estão relacionados com uma noção que poderíamos designar como de "espaço para a luta". Daí o esforço da liderança para conseguir a adesão dos ocupantes à formação do povoado, visando: i) potencializar o processo de luta pela terra ocupada, através da união no local de moradia ("*Que cada qual morando no mato assim parece que ficava fraco*") e ii) dar visibilidade ao processo de ocupação ("*porque os 'homens' tinham que passar na estrada e tinham que ver a gente*").

Esta última característica muito relacionada com a potencial função de mobilização de novos *ocupantes* exercida pela ferrovia.

Romper com o isolamento, proximidade com o meio de transporte, perspectiva de crescimento, visibilidade da ocupação, força pelo agrupamento, todos estes atributos que estão relacionados com a constituição do povoado junto à ferrovia, conferem apoio à tese de que o espaço não é somente um objeto em disputa, mas, que na lógica de mobilização do grupo adquire o significado de um instrumento para a luta.

A classificação *vila* também é utilizada, mas, com menor freqüência. Talvez sua gênese se encontre na experiência de moradia em centros urbanos (Vila Mauro Fecury, Vila Nova no bairro do Anjo da Guarda em São Luís) daquela parcela de ocupantes que entram com Agenor e que fundam a “Associação de Moradores de Vila Pindaré”. Já a expressão Área do Patrimônio, que designa a área destinada à constituição do agrupamento coletivo de residências na área ocupada, traz embutida uma classificação dos órgãos responsáveis pela ação fundiária do Estado.<sup>15</sup> Vale ressaltar que para estas duas últimas formas de classificação (*vila/patrimônio*) não há necessariamente contraposição com a de *povoado*, pelo contrário, há até o uso combinado e referências intercambiáveis num mesmo contexto.

“Essa área do *povoado* da ‘Presá’. Isso aqui foi dois lotes que o Estado doou, de *patrimônio*. Tem dois lote, quinhentos metros por dois mil.

P. E o “Ourinho”?

O “Ourinho” não ficou. Lá é um ‘*povoadinho*’ assim. Eu moro nesse trecho da estrada, da ferrovia pro rio. Aqui mediram cinqüenta metros pra cada um e fizeram as moradias.

P. Cinqüenta metros?

<sup>15</sup> A referência mais remota que possuímos para a designação *patrimônio* refere-se ao processo de ocupação por “frentes pioneiras” do interior paulista. Falando da fundação de *patrimônios* nos loteamentos desse processo de ocupação, Monbeig (1984:236) assinala: “fundar um *Patrimônio* é prática antiga no Brasil. Até o final do último século era ato de caráter religioso (...). As pessoas fixavam-se ao redor da pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos...”.

Dá, de largura e aí tira o fundinho pro rio (...). E os donos desse lote aqui mora, bota morador, aí se tornou uma *vilinha*. Alguns têm lote do outro lado (passando a ferrovia), agora muitos mora só aqui mesmo, neste pedacinho, *perto do rio*, do Rio Pindaré” (Jessé do O).

No que tange à denominação do local, há uma disputa entre o nome mais antigo e a referência do local na região, Presa de Porco, e o que alguns ocupantes gostariam que passasse a ser a nova designação: Vila Pindaré. Em algumas conversas percebemos que esta orientação se relaciona a questões de ordem estética, dada a rudeza do nome original, que aliás é produto da ação de caçadores (mariscadores) na região:

“Hoje onde é o povoado do Presa, aquilo foi feito agora, depois da *invasão*. Aquilo é donde era o acampamento (da construção da ferrovia). (...)

P. Lá perto do igarapé mesmo, que chamam Presa de Porco?

Não! Igarapé do Presidinho. Presa de Porco ainda é mais na frente... Agora o Presa de Porco foi consagrado o nome porque era *barraca de caçador*. E sabe: faz o porco com aquela carne..., aí os ossos fica lá, aquelas queixadas. Aí o cara foi e pisou em cima da presa de um porco. Estrepou o pé. Aí botaram o nome de Presa de Porco (risadas). Que tudo é uma história né? *E justamente tudo nasce de uma história*” (Quaresma do G.).

Explicação similar vale também para as denominações dos povoados menores da Pindaré, o Ourinho e o Gatinho.

**“No que eu passei aqui de trem...”**

### **A Ferrovia e o Movimento de Ocupações**

Coelho (1991:321), em trabalho de doutoramento com temática muito próxima à nossa, apresenta um conjunto de relatos que discutem o papel da EFCarajás no processo de ocupação das terras: para um técnico da CVRD, a estação de Presa de Porco “facilitou a invasão a propriedades próximas”, ressaltando no entanto a origem anterior dos problemas sociais, isentando a empresa de qualquer relação. Para um funcionário do INCRA ela teve o papel de “facilitar a circulação de pessoas”. Já para uma liderança do MST

local, a “ferrovia contribuiu indiretamente para acelerar o processo de invasão, mas, mesmo se não houvesse a ferrovia, as invasões de terra teriam acontecido”.

Como já aludimos em outra oportunidade, existe uma “constelação de fatores” (Weber 1991:33) que colocaram as condições para o desenvolvimento do movimento social de ocupações. A ferrovia assume aqui aspectos contraditórios. Num primeiro momento, ao valorizar as terras no seu entorno, contribui para aguçar as pretensões dos grupos empresariais que constituíram latifúndios na região, que reforçam suas práticas (violentas) de controle do espaço. Posteriormente, quando da sua entrada em funcionamento, passou a exercer um papel similar ao que as beiras de estrada tiveram para outras regiões, pois permitiu a visibilidade do processo de ocupação para um contingente numericamente muito expressivo de camponeses que se deslocavam pela ferrovia.

As motivações que estão na base desse deslocamento são diversas. Na Pindaré encontramos camponeses com problemas de acesso à terra em regiões de ocupação antiga no Maranhão e que estão à procura de novas áreas, existindo aqueles que estão se dirigindo ou voltando dos garimpos do Pará ou em visitas a parentes. O relato a seguir nos apresenta uma indicação de como esse movimento de idas e vindas pela ferrovia pode ter contribuído à entrada de novos indivíduos, famílias ou grupos na ocupação:

“Aí fui em Serra Pelada e andando pra lá e pra cá neste trem, aí surgiu ‘isso’ aqui. No que eu passei aqui de trem entrou um camarada ali na ‘gurita’, parou perto de mim, tinha uma cadeira desocupada e eu disse: senta aqui companheiro. E ele sentou. Aí eu vô entrevistar ele sobre esse assunto aqui. Aí ele foi e me levou a história todinha. Aí só fui na ‘Serra’ e de lá voltei pra cá.

P. Qual foi a história que ele contou?

Ele me contou que isso aqui tava de *invasão*. Tava procurando ‘encostar’ gente pra tirar um lote. Já tinha umas casinhas, um barraquinho velho.

- Eu disse: e a gente chegando aqui?

Chegando aqui a gente procura quem é o Agenor. O Agenor que é o líder do negócio...” (Osvaldo F).

Embora critiquem os obstáculos que a “ferrovia” colocou e coloca para o transporte de suas cargas, ressaltam também que esta foi o meio principal de deslocamento dos ocupantes, tanto para a entrada inicial como para o transporte da família e de seus pertences, uma vez que pela outra via de acesso - a estrada da Cacique - a empresa fechava o seu acesso.

Da mobilidade inicial, o trem passa a se constituir no meio para a atração crescente de novos grupos de ocupantes e de outros segmentos sociais:

“Isso é porque sabe o quê? Que com a saída da gente daqui, quando saía, chegava lá fora e falava com um conhecido lá: rapaz lá tá bom de botar uma farmácia, botar um comercinho, lá não tem nada disso. - É mesmo. Disse, é. - Lá não tem ‘grilo’, briga? Tem nada moço, lá tá ‘manso’. Pega tua quitandinha e leva pra lá, pega tua farmacinha e leva que eu não tenho dinheiro na hora, eu corro lá e tu me vende. certo! E aí foi montando, montando, hoje em dia tá desse jeito. Você pega vai bem aí, na Açailândia encontra um conhecido lá que tem um comércio. Rapaz vamo lá pro Presa é um legume doido, uma fartura mais mostra do mundo lá. O tempo da colheita lá tu tem condições de ganhar muito dinheiro” (Osvaldo F).

O relato nos indica o deslocamento de novos sujeitos, que são exigidos pela própria expansão e diversificação de atividades no povoado (comerciantes, farmacêuticos), mas, segundo opiniões colhidas no local, o contingente numericamente mais relevante será o de trabalhadores que se deslocam sazonalmente para trabalhar no período da colheita do arroz. As dimensões deste movimento poderiam ter sido analisadas se tivéssemos tido acesso ao registro do fluxo de passageiros na parada de Presa de Porco. Outra forma seria a observação direta, todavia, no ano em que realizamos nosso trabalho de campo houve um atraso das chuvas (de abril) que, de acordo com a expressão local, são as que *seguram* o arroz no cacho, o que retardou a chegada desses trabalhadores, de forma que não tivemos a oportunidade de formar um juízo sobre as reais dimensões deste deslocamento.

No trabalho de Coelho (1991:246) há, para o ano de 1988, informação sobre o movimento de passageiros pela estação de Presa de Porco, com uma limitação, a de não estarem desagregadas entre embarques

e desembarques. De certa forma, verifica-se a confirmação desse fluxo para os meses da colheita (abril a junho), embora o mês de maior movimento seja disparadamente o de dezembro. Para os meses de setembro a novembro se verifica uma tendência de queda, que poderia estar relacionada com o fato de que, neste momento, as atividades do ciclo agrícola são aquelas que podem ser desempenhadas pelos membros da unidade familiar (*broca, derrubada e queimada*), começando o plantio a partir de dezembro. Contudo, como já assinalamos, seria preciso verificar as saídas e chegadas para confirmar estas ilações, além do que construir uma série histórica para poder comparar anos de inverno forte e fraco, etc.

Com o desenrolar das ocupações e o crescimento do povoado, Presa de Porco passa a galvanizar o fluxo de embarque e desembarque de passageiros de toda a área próxima, segundo a estimativa de um entrevistado, esta seria composta de vinte e dois setores:

“... aqui no *setor* dessa parada, de embarque e desembarque é vinte e dois setor. Misturou o Bom Jardim com a Cacique, União e Lago Azul (...). Lago Azul, União, Pindaré. Da Pindaré aqui tem a Vila Boa Esperança, a ‘Ladeira da Onça’, Tucumã I, Tucumã II, Barraca do Cedro, Zona da ‘Casa de Tábua’, Vila Unidos com Deus e aqui dentro da Pindaré Também. Travessa por outro lado tem o Centro do Belinho, centro do ‘Sô’ Olímpio, Bandeira, Cristal, Água Branca, Brejinho, Brejão, Sanbra, Cabeceira do Cristal, Miril - que hoje é Vila Novo Jardim. O Ourinho, o Gatinho. Vinte e dois setores aqui na Presa de Porco, na parada da Presa de Porco, aqui na Vila Pindaré.

P. Mas o comércio deles é todo aqui, na Presa?

Não. Lá já tem comércio, mas a Presa é quem segura eles lá, nesse comércio todinho, da Sanbra pra cá é todo aqui na ‘Presa’ (...). Isso aqui é um lugar pra ser bem olhado, bem visto, porque serve muito às comunidades vizinhas...” (Domingos F).

Todavia ao colocar em relevo e fortalecer o processo de ocupação, a ferrovia propiciará também o desenvolvimento de processos que colocarão em cheque as próprias condições de reprodução social dos ocupantes, através da evolução da pressão demográfica sobre as área ocupadas.

### “Cortando” os lotes: a legitimidade-legalidade da ocupação

Se a formação do povoado foi essencial para a afirmação da primeira liderança da ocupação, a manutenção dessa condição será testada no processo de divisão (o denominado *corte*) e preenchimentos dos lotes. Ao realizarmos entrevista com um dos ocupantes que participou desde o início do processo com o grupo de “Pedro Aleijado”, fomos percebendo como se deu o processo de divisão e localizações das quadras, denominação conferida ao que deveria ser um conjunto de oito lotes:

“Foi assim. Beirando aqui nós começamos a demarcar assim. Grupo União - aqui é a BR, vamos supor - aí nós *cortemos* até a ferrovia, aqui nós medimos dois mil metros e metimos uma faixa, aí com dois mil metros aqui nós subia com outra faixa, dois mil metros outra...”  
(Jessé do O.)

O ocupante foi nos mostrando, com o auxílio de um mapa que desenha no solo, como foram divididos os primeiros lotes, partindo da divisa da União com a Pindaré e tendo por base a estrada de ferro. São demarcadas, com o auxílio de um “cipó”, quadras (2.000 m por 2.000 m) que contêm oito lotes de cinquenta hectares cada (250 m de frente por 2.000 m de fundo). Continuando o relato:

“P. Aí ficava esses lotes da frente?”

“Frente pra lá. Aí esses aqui nós cortava as quadras. Aí aqui já era seco, dois mil metros até aqui. Aí quando dava com oito posseiros aí nós fechava uma quadra. Aí aqui nós tornemos levantar outra.. Quer dizer, nossa área nós loteamos todinha nessa condição, agora esses lotes da ferrovia é em pé, assim. *Já esses outros é assim (deitado), mode as águas.* Daqui pra cima pro rio. *Aí nós travessemos os de lá pra todos pegar água*” (Jessé do O.)

Perceba-se que no fim do relato o ocupante assinala uma modificação na forma como estava sendo realizada a localização dos lotes, da forma como estes serão dispostos em relação aos recursos hídricos locais. Um primeiro conjunto de lotes são *cortados* acompanhando o traçado do Rio Pindaré (e da ferrovia), com a frente (250 m) para o rio e se alongando de forma perpendicular a este em direção à área Guairacá. Quando já estão

preenchidos os lotes da beira do rio, verifica-se uma modificação na disposição do *corte* dos lotes. Estes passam a ser demarcados paralelamente ao curso do Pindaré, de forma a permitir o acesso, que pela forma anterior seria monopolizado por poucos lotes, aos cursos d'água - como o exemplo dos Igarapés "Ourinho" e "Gatinho" - que desembocam naquele rio.

Esta descrição nos permite visualizar o elemento chave para a localização dos lotes: o acesso ao recurso hídrico. Aqui, ao contrário de diversas experiências de assentamento de trabalhadores em projetos de colonização oficial, cuja disposição dos lotes é projetada a quilômetros de distância das realidades à que se destinam, emerge uma concepção democrática de desenho da área a ser ocupada pelo ocupante e sua família.

Entretantes, com o grupo que entra com Agenor não se sucederá o mesmo, ou seja, não há, desde o início, aquela preocupação e rigor para com o *corte* e disposição dos lotes, como relatam dois ocupantes:

P. O povo entrando tinha que ver com alguém?

Com o 'seu Agenor'. Chegava e falava com o 'seu Agenor'. Ele dizia: vá caçar um lugar, tem rua tal e tal e o lote é amanhã. Fazer sua casa, a gente vai caçar um lugar pra você aí. E aí foi montando, montando. Hoje tá cheio de gente, esse mundo todo, tá que tá um 'inferno'.

P. Porque deu esse problema?

É porque aí nas costas do 'seu Agenor' entrou o delegado do sindicato (...) e aí começou a entrosar com esse negócio de terra, que o delegado não é pra mexer com isso, (...).

P. O delegado sindical?

É, antes de acontecer as quadras. Que quando aconteceu as quadras aí o terreno já tava cheio de gente. Quando surgiu a quadra aqui, o quadro completo pra oito, mais tinha treze, quinze dentro. Aí aconteceu que era pra sair, ficar oito *velho* e aqueles mais *novos* sair pra outra quadra. E aconteceu o seguinte: eles falaram que não queriam sair mais do lote que eles tinham o pé de banana, a casinha deles feita e aí não saíram.

P. Nem se pagasse as benfeitorias?

Nem se pagasse e aí ficou um 'cabaré' hoje. Pelo menos na minha lá tem dois querendo tomar por fim da força e eu já disse: rapaz não tem jeito pra vocês, *eu peguei aqui do tronco, do pé do negócio, do arame da ferrovia, eu cheguei no começo gente*" (Osvaldo F).

"Aí quando chegou o segundo grupo - do finado Agenor - nós paremos e ele tomou conta daqui prá frente. Aí ele não levou a mesma idéia nossa de lotear logo e ia assentando. Ele não acreditou em uma medida provisória. Acreditava na medida do Estado, então assentava prá cá, prá aculá, ficava esperando o Estado (...). Aonde uma quadra era própria só pra oito, aí tinha delas que quando nós cortava a quadra tinha dezoito dentro, por causa do 'inchamento' dessa região norte da área. Na região sul onde nós organizamos não! (...) mas, já nessa região norte, onde o 'finado' Agenor organizou, quer dizer, que ele não levou a idéia de limitar, de fazer a limitação aí teve o *inchamento*. Aí quando a quadra bateu em cima que tinha dezoito, eles não queria largar o barraco e a abertura (...). Aí nós dizia: e agora, o que é que vocês vão fazer? Nós prefere ficar todos os dezoito se é que toca dez linha pra cada um, mas nós não vamos, nós não sai daqui" (Jessé do G).

No primeiro depoimento há a externalização de uma situação que se está tornando insustentável ("*tá um inferno*"), de desorganização ("*ficou um cabaré*") com a chegada descontrolada de novos contingentes para a ocupação. Verifica-se também o surgimento de novos grupos a disputar a condução do processo de ocupação, no caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR de Santa Luzia, que, apesar de não ter participado do movimento inicial das ocupações passa a buscar o espaço de direção e representação deste.<sup>16</sup>

Já no que se refere especificamente ao procedimento de entrada na ocupação podemos perceber, a partir dos dois depoimentos, uma diferença de orientação quando comparamos a condução de Agenor com os parâmetros iniciais da divisão realizada pelo grupo de Pedro "Aleijado". Há o que poderíamos designar como uma certa liberalidade do grupo de

<sup>16</sup> Vale ressaltar que embora apresentem um juízo negativo acerca da (não) participação do sindicato na entrada da Pindaré, posteriormente os *ocupantes* buscarão utilizá-lo na resolução de suas demandas. Assim, quando de nossa permanência em Presa de Porco, os remanescentes do grupo de Agenor articulavam uma candidatura para a Delegacia Sindical.

Agenor com referência à questão, também aparece o que poderíamos designar como uma postura “oficialista”, quando da suposta espera da ação do Estado para delimitar questões centrais no processo de implantação dos lotes.

É difícil precisar o alcance dessas indicações sobre o comportamento (estratégia?) do grupo de Agenor no que tange ao acesso aos lotes. Todavia, as críticas que se apresentam contra os procedimentos do grupo não soam de todo descabidas, há apenas que matizar a argumentação que, embora em sua forma mais acintosa seja elaborada por um membro do grupo de Pedro “Aleijado”, também está presente no primeiro depoimento, que é de um ocupante que, chegando depois, integra-se ao grupo de Agenor.

Tentando entender essas orientações, podemos relacionar a inobservância de uma disciplina rígida na divisão dos lotes, com uma orientação no sentido de dar mais volume à ocupação, pois em vários depoimentos de integrantes do seu grupo, é relatada, a importância que Agenor atribuía à entrada cada vez maior de *ocupantes*, como forma de garantir o sucesso da ocupação.<sup>17</sup> Perceba-se a ênfase com que o argumento de Agenor é apresentado a seguir:

“Aí nós viemos pra cá, falei com Agenor ele pegou meu nome ajeitou e disse: é rapaz nós estamos aqui e *eu queria é homens aqui*, vamo vê, vamo pelejar, pra vê se dá o negócio” (Paulo R).

Por outro lado, a espera pela ação oficial pode ser lida como uma repercussão da influência que as informações e a mediação do INCRA têm na constituição do grupo de ocupantes que sai do Anjo da Guarda (São Luís).

De qualquer forma, o certo é que esta postura, deliberada ou não, de relativo descontrole com o processo de divisão e colocação nos lotes, somada à pressão cada vez mais intensa de novos contingentes de

---

<sup>17</sup> Aparece mais uma vez aqui o papel essencial do povoado localizado junto à ferrovia. O ocupante que chega é primeiro “arrumado” na área do patrimônio para depois irem tentar localizá-lo num lote (*Ele dizia: vá caçar um lugar, tem rua tal e tal e o lote é amanhã. Fazer sua casa, a gente vai caçar um lugar pra você aí*).

ocupantes, conformarão o quadro dos principais problemas que os nossos entrevistados apresentam:

"Eu pelo lado da Tucumã e o 'Zequinha Cabeça Branca' pelo lado da União. Então nós fizemos a divisa bem aqui na 'cabeça' do patrimônio pro lado de cima. Então dividimo a área toda em quadras. Era pra ser oito, tem quadra que ficou com dezessete, outras ficou com vinte e dois. Uma ficou com vinte e dois, a quadra quarenta e um, essa que eu tô nela, muito longe daqui.

P. Dava quantos hectares para cada um?

Quarenta hectares. Era pra ser dez alqueires. Fiquemo com oito alqueires porque tinha gente demais (...), fez um *mutirão* de gente" (Domingos F).

O momento dos conflitos pelo acesso ao lote é rico em significados para nossa análise. Nele emergem várias questões: i) o confronto entre a primeira e as posteriores gerações de ocupantes, que os informantes definem como *velhos* e *novos*; ii) o julgamento sobre a ação do órgão estatal responsável pela regularização fundiária; iii) a pertinência do tamanho do lote e; iv) a aceleração com que o movimento para a ocupação passa a se desenvolver. Em suma, trata-se de discutir os parâmetros de sociabilidade e da construção de uma nova legitimidade da direção do processo de ocupação, findado o momento da entrada na área e da luta inicial pelo estabelecimento dos *ocupantes*.

A chegada do chamado *mutirão de gente*, expressão indicativa da consciência de que o estoque de terras tornou-se insuficiente para um número cada vez maior de demandantes, e a correlativa necessidade de obstar o movimento de acesso aos lotes na Pindaré são apreendidas de duas formas pelos primeiros *ocupantes* - e observe-se que aqui desaparece ou perde visibilidade nos depoimentos a primeira clivagem entre os dois grupos que iniciam a ocupação -, na forma de um conflito entre os que entraram inicialmente e os que chegam posteriormente na área e como denúncia das insuficiências (carências) da ocupação.

O conflito com os novos contingentes, já relatado em depoimento anterior (*rapaz não tem jeito pra vocês, eu peguei aqui do 'tronco', do 'pé do negócio', do arame da ferrovia, eu cheguei no começo gente*) (p.85),

serve para reforçar a legitimidade dos primeiros ocupantes, sendo apresentada como fruto do enfrentamento dos momentos iniciais da ocupação, da disputa com a empresa, da construção do povoado e da efetivação das primeiras áreas de cultivo. Todavia esta auto-representação parece não conseguir se estabelecer para o conjunto da área, como indica a fala sobre o desrespeito para com os chamados *posseios velhos* a seguir:

“Pois é. Eu falo pra você que os *posseiros* que entram na frente não é os que ficam com a terra. Os que ficam com a terra já é os que entram de segunda, de terceira, é que vai possuir a terra. Porque os que entram *na frente* é uma realidade ficar, que logo surge o chefe que se revolta contra os primeiros. Isso tem acontecido aqui demais. Tem *posseiro velho* que sofreu desde o começo, coitado, nunca adquiriu seu pedaço de terra, devido à organização e outros vendem...” (Reinaldo C).

A transferência dos lotes indica que, além do conflito percebido na oposição entre os primeiros e os segundo *ocupantes*, existem outros mecanismos que levam ao abandono do lote na área ocupada. Dentre estes poderíamos elencar: a) a percepção de que o tamanho do lote é insuficiente para uma família quando esta atinge determinada proporção,<sup>18</sup> b) que ele é incapaz de garantir a sobrevivência do ocupante quando de uma situação definida como de “aperreio” (p. ex: problemas familiares de saúde), ou ainda, c) que a terra por si só é insuficiente para superar uma situação que é percebida como de carência dos serviços públicos essenciais:

“Qual era o tamanho?

Era cinquenta hectares, era pra ser isso, na hora vem dá uma ‘porcaria’. Eu nem sei o que vou fazer com isso, prá tirar pra uma família, tem muito filho aí. Quatro alqueires e meio de terra *não é terra para um pai de família...* quando é só um homem e uma mulher tá certo” (Osvaldo F).

“Muitos deles já foram. Bom tem deles que sai pela *carência* que é demais.

<sup>18</sup> Veja-se no depoimento a seguir como a fala camponesa revela, na forma de uma consciência “ingênua”, a argumentação desenvolvida pelo economista russo A. Chayanov sobre a relação (equilíbrio) entre o número de membros da família e a necessidade de área para trabalho.

P. Os cinqüenta hectares não dão?

Não. Porque tem deles que a família adoce e não tem assim, como se diz, *uma ajuda do Estado. Sobre saúde, nem crédito, nem nada*. Aí se obriga a vender o lote para tratar da família. Aí passa pra um outro agricultor, aí 'abre', aí chega outro e vem pra vaga dele" (Jessé do G).

Tais problemas tornam-se mais compreensíveis se levarmos em conta algumas características agrônômicas do solo e da infra-estrutura que atende a esta região. À guisa de introdução poderíamos dizer que a área, de uma maneira geral, possui declividade acentuada e os solos são de baixa fertilidade além disso, não se verifica o que se poderia chamar de um mínimo de equipamentos coletivos urbanos na área do chamado *patrimônio* (saneamento, eletricidade, etc.) e que, somente em anos recentes foi aberta uma estrada permanente de ligação com a BR-222, através do projeto de assentamento do INCRA nas áreas já desapropriadas da fazenda União.

Esta questão é importante de ser colocada, pois é comum a afirmação de que por trás desses processos de ocupação haveria uma indústria da invasão, expressão que designa a articulação de interesses mercantis de madeireiros, grileiros e ocupantes sobre a madeira e a terra dessas áreas. Não obstante tenhamos verificado processos de transferência de lotes na área Pindaré, e ocorra com frequência a venda dos recursos florestais do lote, principalmente daquelas madeiras mais valorizadas como o Cedro (*Cedrela odorata*) e, diga-se de passagem, a preços muito abaixo do seu real valor de mercado, em grande parte isto se verifica num quadro de completa desassistência do Estado. A este respeito relatou, no vídeo-reportagem sobre o "Seminário-Consulta", o representante da área Pindaré no encontro de Buriticupu: "A única autoridade que nós conhecemos em nossa região é o *prefeito cedro...*"

A listagem das carências remete à questão da ausência do Estado, em suas diversas atribuições, nas áreas ocupadas. Dentre os diversos serviços reclamados pelos ocupantes, porém, um assume maior relevo, que é o da ação de regularização fundiária. Expressão sintomática deste fato é que a única identificação de órgãos do Estado que aparece nos depoimentos refere-se justamente ao ITERMA e, em menor escala, ao INCRA e ao MIRAD.

Discorrendo sobre os procedimentos para a resolução de uma contenda por lote o representante acima citado arrola a necessidade desta ação estatal:

“P. Você acha que tem terra pra todo mundo?”

Bom, tem, agora só se houvesse assim uma legalização, uma loteação exata pelo Estado. A terra dava com suficiêcia. Agora só que ‘estou-rando’ absoluto aí; tem *peão* que tira dois, três lotes, terra que era pra assentar dois, três lavradores um só tira. Tem muito grileiro também...

Rapaz nós convocamos através de reunião. (...) Todo fim de semana nós dava reunião e chamava ele e lia o *Estatuto do Estado*. Aí as vezes ele tinha uma abertura dentro de um, dois, três lotes e aí o que ia apossar as vezes conseguia fazer um *broque* pra ele novo, ou dar dois ou três ou quatro sacas de arroz de *agrado* pela abertura que ele já tinha feito. Aí assim a gente conseguiu tirar e ficar só com um. Mas nessas outras áreas que não tem ainda uma *decisão do Estado*, do INCRA nem do ITERMA, tem gente aí que tem cinco lotes...” (Jessé do G).

O que se verifica é que, embora no caso particular tenha sido resolvida a questão, via pagamento pela abertura no lote - por uma forma de trabalho (*fazer um broque pra ele novo*) ou em produtos (*dois ou três ou quatro sacas de arroz*) - e pela discussão, a perspectiva geral é que o ordenamento do acesso aos lotes só se resolva com a atuação do Estado. Indica também uma diferenciação entre as áreas onde esta ação já teria ocorrido - a desapropriação e o projeto de assentamento - e outra em que esta ainda não se efetuou, onde, conseqüentemente, o *estouro*, significando a corrida por lotes, é inevitável.

Todavia mesmo na área Pindaré<sup>19</sup> onde formalmente já houvera a “decisão do Estado”, a ação do ITERMA é vista de forma bem crítica:

“Aí o Estado alegava que não tinha condição, não tinha dinheiro, tava quebrado, aí nós demos uma reunião, (...). E falemos para o Dr. do ITERMA (...) pedindo a loteação disso aqui e eles alegaram que o

<sup>19</sup> Pelo depoimento acima referido poderíamos ser levados a pensar que a via de resolução destes conflitos na Pindaré seja a da discussão controlada pela liderança da ocupação. Não obstante esse mecanismo exista, verificamos casos em que a resolução não se dá tão ‘amigavelmente’, e que para evitar maiores perdas um dos indivíduos envolvidos tem de deixar a área.

Estado estava sem recurso para cortar. Aí nós pedimos a eles dois técnicos, dois topógrafos para 'bater o grau' e nós 'cortar', nós mesmos os posseiros, nós cortava a terra todinha,(...) . Aí nós baixemos cortando mesmo, aí de todo jeito, 'a olho' aí, queria era fazer uma divisão para evitar o *inchamento*. Depois (...) fomos atrás dos topógrafos. Aí eles disseram que o Estado tava sem dinheiro pra pagar até as diárias dos topógrafos e sem dinheiro para mandar os alimentos dos topógrafos, a 'comedoria'. (...). Até que veio o cadastro sócio-econômico, veio o assentamento e eles nos deram uma carta provisória, de anuência, por um ano, que agora em setembro vai vencer. Agora assistência do governo aqui nunca tivemos em nada, dentro desses seis anos que estamos aqui" (Jessé do G).

O relato apresenta de tal forma a inação do órgão responsável pela regularização fundiária que esta chega ao que poderíamos denominar de situação-limite. A forma detalhada pela qual o entrevistado designa a relação ocupantes-ITERMA, em que várias contrapartidas daqueles, no sentido de compartilhar os gastos (diárias, transporte, infra-estrutura) da atividade de demarcação, são inócuas ante a "falta de recursos" do Estado, só poderia produzir um juízo absolutamente negativo sobre a (in)ação do órgão. Em contato com funcionários do ITERMA a justificativa apresentada relaciona-se com o fato de a área estar em pendência jurídica com a empresa, de forma que o Estado não teria como desenvolver as atividades normais de demarcação e assentamento na área. Quanto ao fato de terem realizado o corte das quadras<sup>20</sup> e já ter distribuído cartas de anuência, seria explicado como uma resposta imediata às demandas dos ocupantes.

Um melhor esclarecimento sobre esta questão e a elucidação sobre a perspectiva que tem norteado a ação do órgão na ocupação da Pindaré só teria sido possível se tivéssemos tido acesso ao processo que se desenrola na justiça. Sobre a representação que os ocupantes fazem desse processo, a postura do órgão deu margem a que se formasse, no âmbito do senso coletivo dos moradores de Presa de Porco, um juízo abertamente negativo.

<sup>20</sup> Foram demarcadas quarenta e uma (41) quadras que deveriam corresponder a 406 lotes de cinquenta hectares. Contudo, segundo informações dos ocupantes, foram encontrados 517 lotes quando da divisão dessas quadras, o que num cálculo linear daria 12,6 lotes por quadra com área média de 39,26 hectares.

De tal forma que este é designado, como forma de achincalhe, por "Interra".

O *inchamento*, é a expressão que recorrentemente aparece nos depoimentos designando um processo que os primeiros ocupantes não conseguem conter, ante a chegada de mais e mais famílias. Assim, passado o primeiro "tempo" da ocupação, o conflito pelos lotes torna-se a expressão derivada da relações não consensualizadas entre as gerações de ocupantes. Em face dessa situação, aditada a ineficiência do órgão fundiário responsável, uma liderança dos antigos ocupantes - atual presidente da Associação de Moradores de Vila Pindaré - relata a solução encontrada:

"Então realmente a gente ficou numa obrigação de sempre ir lá no ITERMA, constante fazer a nossa reclamação daqui, tudo o que a gente ia reclamar era do ITERMA. Então ele tomou conta, chegou até o ponto de cortar as quadras porque muita gente estava *invadindo*. O Dr. chegou, falava pra gente dessa invasão de terra mas não podia fazer nada que aqui é parada. Chegava tanta gente, espalhou logo. Então que aqui era o ponto que o Dr. do ITERMA falou que nós devia *fechar*, mas, como podia? Nós também não era dono e o pessoal dizia: vocês não são dono, nós também não somos, somos aventureiros e com isso não tem. *Então o único meio de aceitar que foi melhor foi cortar as quadras para os companheiros, para terminar o conflito*" (Gersino C)(g.n.).

Divisão esta que sanciona uma posse precária, no sentido de que a área a ser dividida - menor que cinquenta hectares - possivelmente será insuficiente para responder às necessidades da reprodução familiar por um período mais prolongado. Por outro lado, essa divisão aponta a incapacidade deste grupo para continuar dirigindo o processo de ocupação e a inação do órgão fundiário estadual em coibir a minifundiarização da área a ser objeto de projeto de assentamento. Dupla debilidade que é expressa com perfeição no depoimento acima transcrito.

Aqui se verifica como central a insuficiente legitimidade que este grupo construiu ao longo do processo da ocupação, que pode ser nitidamente espelhada com o assassinato de sua principal liderança, o Agenor, relatada pelos entrevistados como fruto da disputa com outros grupos de ocupantes:

"Os homens vieram. *Corta*, num *corta*, é o ITERMA é 'lerdo' mesmo e aí vieram. O finado Agenor dava um 'contra' neles também, porque eles queriam tirar um pedaço, aí ele não queria aceitar, que ele era 'parada', pra 'desmantelo' mesmo. Por causa dessas coisas tiraram a vida dele.

P. Foi alguém mandado?

Foi 'cabra' mandado. Ninguém sabe se foi, se foi malvadeza que fizeram, *aqui tinha uns grupos divididos também*.

P. Como assim?

Dividido. Uns queriam mandar, que vieram depois dele, queriam tomar dele, né. *Que chegaram depois*.(Paulo R.)

"P. Eles iam colocando as pessoas e tinham autoridade para fazer isso?

Tinham. Que era uma coisa muito fraca quando o povo atrapalha, viu. O Agenor que lutou muito por aqui, pela pobreza, era um cara pobre também, mais o povo não agradeceram a força do Agenor e na hora os próprios posseiros mataram ele. Não vá pensar que a morte do Agenor veio de fora não. *Foram os próprios posseiros que se revoltaram contra ele, (...)*" (Reinaldo P).

Com o assassinato de sua principal liderança<sup>21</sup>, grupo perde a capacidade de direção frente à ocupação e outros companheiros de Agenor se sentem ameaçados, com receio de disputar a condução dos rumos da ocupação. De forma sintomática, a União de Moradores de Vila Pindaré, talvez a principal forma organizativa construída pelo grupo para dirigir a ocupação, torna-se inativa:

"Quando fundaram a União de Moradores?

Em 1988, um ano depois que nós chegamos. E ele tinha essa besteira e quando o Agenor morreu a *União de Moradores ficou em baixa, ninguém quis mais mexer e passou um ano parado*.(...)"(Gersino C).

<sup>21</sup> A SMDDH apresenta uma versão diferente para o assassinato, ocorrido em 01.06.90, identificando como mandantes do crime o "comerciante Antonio Silvestre e o madeireiro Aristides" que estariam explorando ilegalmente madeira na região e encontrando resistência em Aldenor (sic).(1993:125) Ainda que esta versão seja verídica e que a autoria intelectual do crime tenha partido destes indivíduos nos parece que já existia uma base de apoio entre os próprios ocupantes para esta ação.

Sem forças internas para continuar mantendo o domínio da ocupação e sem o amparo externo do Estado para a realização da divisão e titulação da área, talvez a única forma para manter-se à frente do processo, o grupo passa a desenvolver atividades de representação apenas para os seus membros.

Nessa dialética legitimidade-legalidade, deve-se ressaltar que se esta última é importante para a direção da ocupação neste novo momento, ela não é, por si só, capaz de permitir a direção da ocupação ao grupo dos antigos ocupantes. Por sua vez, se lograssem manter a legitimidade da direção à frente do processo estes, mesmo não contando com o aval do Estado, com a legalidade para localizar, dividir e distribuir os lotes, teriam se mantido à frente da ocupação, como tem ocorrido em outras áreas.

### **O Movimento para a Ocupação: “aqui é a parada...”**

Como vimos observando, a principal questão que se colocou à primeira liderança da ocupação foi a do ordenamento do acesso aos lotes na área Pindaré. Verificamos também como, diante de um fluxo que não conseguia dirigir, essa liderança acabou por soçobrar e aceitar a fragmentação dos lotes. Nesta seção nos propomos a verificar e discutir a existência desse fluxo de ocupantes, suas origens e condicionantes, assim como as características que ela assume em Presa de Porco.

Não obstante a sua verificação nos depoimentos, através do conflito relatado e das expressões que chegam até a nos permitir uma aproximação com sua intensidade (*mutirão de gente, inferno,...*), haveria alguma forma de mensurar a dimensão do movimento de novos contingentes para a área Pindaré? Apenas em termos, pois, não foi possível obter informações ano a ano, sobre população e moradia, da Fundação Nacional de Saúde-FNS, de forma que o número (sub)estimado (3,5 pessoas por residência) de 1.832 habitantes para o povoado de Presa de Porco, dá-nos uma indicação da dimensão do tamanho do povoado-sede da ocupação.

O cerne da discussão que queremos realizar nesta seção, porém, refere-se aos elementos que estão presentes neste, diríamos, sobredimensionamento populacional do povoado e das suas implicações para o movimento de ocupações de terra na região. A partir das observações

realizadas, o que podemos inferir é que, a despeito de servir como área de habitação para os indivíduos que já conseguiram lotes na Pindaré, e de já possuir uma população não diretamente ligada à terra, ou seja, dedicada a "funções urbanas" no povoado (comércio, farmácia, clubes para festa, várias igrejas, etc.), Presa de Porco tornou-se uma espécie de *povoado dormitório* para novas ocupações. Ou seja, como área de moradia mais próxima à estação ferroviária e às áreas de ocupações, ela finda por se tornar o "locus" privilegiado do afluxo de pretensos ocupantes. Isto significa também dizer que, passados os momentos iniciais de entrada na área, o processo de incorporação de novos contingentes passa por um determinado período de perambulação na região, seja para conseguir a colocação em áreas já ocupadas ou para participar de novos processos. O depoimento a seguir indica uma das possíveis formas, segundo as quais este fenômeno se processa:

"... aí ficavam morando junto aqui no povoado e trabalhando nos lotes mais nós, pedindo *roça* a uns, outros pede a outros e vai dando... .

P. Dentro do lote?

Dentro do nosso. Aí logo formava um grupo. Rapaz, olha essa mata tá bem aqui, essa 'mirilzona', com frente ao 'Presa'. Não tem serviço nenhum, não tem nada vamos entrar? Vamos. Aí formava o grupo, aí aqueles que não tinha (lote) juntava cem, duzentos homens e 'caíam', iam buscar mais homens lá fora. Aí logo na hora que sabiam da notícia, descia gente de fora, do Mearim, de todo o canto..." (Jessé do O).

Ou seja, após a chegada para verificação das possibilidades de obtenção de um lote buscam mecanismos de manutenção na área, até a consecução do objetivo principal, em outras áreas, no exemplo citado, a Miril. Quando de nossas viagens e permanência em Presa de Porco, não poucas foram as ocasiões em que observamos a chegada de novas pessoas para obtenção de informações acerca de casas ou lotes disponíveis na área do patrimônio. Verificamos também, em nossas conversas, algumas modalidades de trabalho que esses novos *ocupantes* desempenham:

"P. O Sr. já trabalhou em terras dos outros?

Já. Esse ano mesmo eu fiz minha *roça* na terra dos outros.

P. De quem? Na terra de quem?

Do 'velho' Manoel, o que mora bem ali.

P. O que o Sr. pagou pra ele?

Esse ano ele falou que não pagava nada, queria um *agrado*, pois, inclusive eu tenho dez linhas de mandioca situadas na terra dele e *vou dá uma linha prá ele*. Agora já nesse próximo ano eles não tão querendo dar mais, e, se der já é *cobrando renda*, um saco por linha.

P. Falam que tem muitos trabalhando assim.

É. E é mesmo. Que muitos ainda tá na *mata*, e a *mata é problemática*. Só que depois de *amansa* a mata eles não dão mais vez" (Reinaldo P).

São duas as situações arroladas. Um arrendamento com o pagamento em *renda-produto* (um saco por linha), apresentado de maneira direta, e outro, subsumido na modalidade de retribuição que chamam de *agrado*, mas, que se refere, na realidade, a nosso ver, à *renda-trabalho*<sup>22</sup> obtida com as tarefas de primeiro preparação da área, o denominado *amansamento do lote*. O que explica a suposta gratuidade deste no primeiro momento e a repentina decisão da cobrança da renda no segundo.

Além dessas ituações, verificadas entre os componentes de grupos sociais simétricos, diferenciados pelo fato de que há uma inacessibilidade temporária, pelo menos assim se raciocina, ao meio de produção terra, verificam-se também casos já de assalariamento. Estes são observados nas relações com comerciantes e usineiros que se instalaram no povoado, em sua maior parte se deslocaram com recursos já acumulados em outras regiões - e que possuem *roças grande*:

"P. Esses usineiros eram daqui?

Não. Tudo aí é de fora. Aquele ali veio de Chapadinha direto pra Santa Luzia, da Santa Luzia pra Capoeira, da Capoeira pra cá. O Mundoca veio direto de Santa Luzia, O Didi veio da Santa Luzia pra cá, o Zé Antero veio direto de Açailândia, ele é da Paraíba. O outro, o Romivaldo é natural do Maranhão, é de Vargem Grande.

<sup>22</sup> Utilizamos aqui esses conceitos, abstraindo seu condicionamento histórico, na forma como aparecem no livro três, volume seis, de "O Capital". Lá as diversas formas de obtenção da renda fundiária, renda em-produto, renda em trabalho e renda em dinheiro aparecem no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, na ultrapassagem do feudalismo, o que não é em absoluto o nosso caso (Marx 1985:897-931).

P. Esse pessoal bota roça?

Bota roça e é *roça grande*. Contratam trabalhador" (Domingos F.)

Essas alternativas, no entanto, não podem ser consideradas como permanentes, pois a possibilidade do emprego em áreas de cultivo maiores, chamadas por eles de *roças grandes* está vinculada a certas fases do ciclo agrícola,<sup>23</sup> enquanto a oportunidade de *amansar um lote* para outro ocupante possui várias limitações, desde as dimensões dos lotes que, como vimos, em grande parte das quadras não atinge os dez alqueires, até a intensidade como se processa a incorporação das novas áreas de roçado no lotes. Por sua vez, o pagamento de renda, segundo informações de um técnico agrícola que se deslocou do Maranhãozinho - localidade situada na Pará-Maranhão - para Presa de Porco e ainda não conseguira lote, tem gerado desavenças entre os contratantes, pois, depois de estabelecido o primeiro plantio, vários foreiros questionam o direito que o realizador do aforamento teria sobre a terra.<sup>24</sup>

Feitas estas considerações, pensamos que, a médio prazo, a saída para novas ocupações se afirma como a perspectiva mais provável<sup>25</sup> a trabalhadores que chegam à procura de terra em Presa de Porco. As expressões empregadas pelos ocupantes para se referirem a esse movimento dão uma medida de sua força:

"(...). Aí a tendência da gente chegava de trem, né. Direto do trem e fundando o povoado e crescendo a área cada vez mais. Aí outros 'traspassaram' a Pindaré e 'caíram' na Tucumã, na Guairacara e *aí cresceu essa região inteira*. Quer dizer que hoje o grupo Cacique tá arrasado todo, até a sede tão vendendo" (Jessé do G).

<sup>23</sup> Adelmo, comerciante, relatou-nos que para a safra de 1992 contratara quinze trabalhadores de Santa Luzia do Paruá.

<sup>24</sup> Situação que talvez tenha ganho maior força e visibilidade com três anos seguidos de inverno fraco na região (1991/92/93), principalmente com a ausência de precipitação pluviométrica significativa nos períodos de floração do arroz.

<sup>25</sup> Trabalhando com uma amostragem relativamente pequena para dar conta das diversas situações de posição na estrutura de trabalho em Presa de Porco, Coelho (1991:31) encontrou os seguintes percentuais para posseiros (squatters) e arrendatários ou parceiros (renters or sharecroppers), respectivamente, 73,4% e 13,3%; não encontrando moradores que vivam permanentemente como assalariados.

“P. Hoje é na SANBRA que o pessoal tá?

É, tá entrando, e tão entrando aqui na VARIG.

P. Na VARIG?

É. Também é um absurdo essa ‘terrona’ aí. Isso é um mato..., aí quando o MIRAD entrou aí medindo, reparando aí (...) eles mostram o mapa dali, disseram que essas daí tava tudo desapropriado” (Paulo R).

Destarte, ao *fechamento* da ocupação da Pindaré, segue-se o movimento para outras áreas. Os novos grupos dirigem-se às outras áreas do grupo Cacique (Tucumã, Guairacá, Cacique) e às áreas inaproveitadas das fazendas Varig, Sanbra e Miril na outra margem do Pindaré. Esses deslocamentos seguem a tendência que pode ser verificada no quadro geral sobre as ocupações que, embora em menor dimensão, apreende a continuidade desse movimento para os anos 90 (Tabela 1).

A maneira como os ocupantes já estabelecidos percebem esse movimento nos fornece uma dupla dimensão. Primeiro, indicam-no, quanto a dimensão, de maneira superlativa:

“P. Aí a Cacique aquietau?

“Quietou. Já tinha ‘pau’ pra cima com esse aqui e aí ficou a Tucumã e o pessoal já doido invadindo a Tucumã... Aí ficou a Tucumã, eles diziam que a Tucumã não liberava de jeito nenhum, mais o povo não largava de entrar, toda vida entrando. Quando fechou aqui que não tinha mais jeito, aí o povo ‘voaçaram’ pra lá” (Osvaldo F.).

E, como está assinalado no último depoimento anterior, referem-se de maneira a demonstrar a ociosidade das terras pretendidas (“É. Também é um absurdo essa ‘terrona’ aí. Isso é um mato...”).

O primeiro aspecto, o das dimensões do movimento, já abordamos em outra oportunidade (*Aqui era a parada...*), enquanto o segundo, de certa forma, tangenciamos-lo quando discutimos a oposição centro/povoado. Assim, abordaremos a questão que envolve a oposição mato x cultivo sob um outro enfoque, o da legitimidade da pretensão à terra.

A existência de áreas com recursos florestais, as chamadas *matas*, é apresentada como sinônimo de terras ociosas, na forma da oposição cultivo (trabalho) ante mata (ociosidade), indicando esta última característica como

Tabela 1 - Área e Famílias em Ocupações Camponesas.

Ocupação	Número de Famílias	Área (em hectares)
Faz. Karinã	817 <sup>2</sup>	24.546
Faz. Santa Inácia	300 <sup>2</sup>	16.537
Faz. Sapucaia	250 <sup>2</sup>	14.566
Faz. Matary	50	35.000
União <sup>1</sup>	800	19.500
Terra Bela	350 <sup>2</sup>	11.553
Lago Azul	180 <sup>2</sup>	13.266
Faz. Verona	160	4.092
Capoema (Rio Bonito)	828 <sup>2</sup>	54.726
Faz. SIT	280 <sup>2</sup>	16.174
Faz. Planalto	412 <sup>2</sup>	16.217
Brejo Social	55	—
Cikel	250	80.000
Fremasa	100	22.428
Faz. Internacional	28	2.567
Faz. Barra Limpa	40	2.390
Faz. Codominas	180	9.000
Faz. Batuta	53	2.562
Guairacá	120	20.809
Tucumã	500 <sup>2</sup>	20.481
Cacique	250 <sup>2</sup>	21.802
Pindaré	517	20.300
Varig (Agripec) <sup>3</sup>	500	20.481
Miril <sup>3</sup>	205	17.500
<b>Total</b>	<b>7.320</b>	<b>466.497</b>

Fonte: INCRA, CPT, SMDDH.

1. Inclui as áreas: Indiana, Babilônia, Portugal, Santo Antonio e Santa Maria.
2. Informações do cadastro de projetos de assentamento do INCRA
3. Localizadas no município de Bom Jardim.

definidora da possibilidade da posse da terra. Observe-se o desenvolvimento da argumentação do ocupante no suposto diálogo travado com um gerente da fazenda, quando de uma das primeiras reações desta à ocupação:

“Ele disse: doutor, eu descredo. *Eu não acredito que isto aqui seja fazenda.* E fazenda eu conheço, é onde tem pasto, tem arame, tem gado e aqui, nós vamos dois mil e quinhentos metros de ‘pico’, que nós toremos no coração dessa mata aí nunca topemo em riba de uma ‘solta’, nem de arame, nem de rês. Só em riba de porcão, de veado mateiro e de anta. É terra improdutiva, eu não posso dizer que isso aqui é fazenda.”

Na continuidade do “diálogo”, o gerente da fazenda ao contra-argumentar possibilita o desdobramento da argumentação do ocupante que invoca outro elemento em defesa de sua pretensão à área:

“Aí ele disse: Mas Pedro tu não sabe que isso aqui é *uma área privada?* Ele disse: sei, isso aqui é uma área privada da fazenda Cacique. Sei ‘doutor’, *é uma área privada do Estado* e ‘doutor’ aquilo que é do Estado é meu, é seu, é de todos nós. E aqui eu entrei com meus companheiros e aqui estamos e daqui nós só sai na ‘carga’, que nem mandioca, mas, pelo contrário, homem nenhum tira nós daqui, a não ser o governo” (Jessé do O).

O deslocamento do campo da argumentação, da ociosidade das terras para o da legalidade da propriedade, em tese mais favorável para o gerente da fazenda, é respondido à altura pelo ocupante, que invoca o fato de a área em questão ser uma “área privada do Estado”, área não-particular, pertencente a todos. Externaliza-se aqui a maneira como o Estado é representado pelo ocupante, consoante uma visão que na ciência política qualificaríamos como liberal, do Estado como representante de todos os cidadãos. Passemos a outros diálogos, em situação semelhante, agora opondo ocupantes aos vigias da fazenda:

“Vigia: Vocês *invadiram* com a ordem de quem?

- Com a minha.

Vigia: Já chegou essa lei de tomar o que é dos outros?

Eu disse: não, isso aqui não é de ninguém, é do Estado. Eu já sabia que isso aqui não tinha documento, tá. Eu digo; Olhe, isso aqui é o seguinte, isso aqui é do Estado, é do governo. Eu sou pobre, vivo de trabalhar pra sustentar a família. Aí eu sou obrigado a procurar um lugar que nem esse pra criar a família. Então o senhor deixa pra lá e é melhor a gente não entrar nessa 'bocada' porque ela vai 'pesar' pra você e 'pesa' pra nós. Talvez nós morra, apanhe muito, mais não vai ficar assim, porque essa terra não tem título, ela pode ser dele como tá sendo mais pode ser nossa de agora em diante e nós não vamo sair daqui" (Osvaldo F).

Ao contrário de outras situações de conflito de terra em regiões de "fronteira", aqui os camponeses têm ciência da inexistência daquela propriedade e se não há documento ela é considerada pelos ocupantes como uma área do Estado, em disputa, passível de ser ganha, nem que para isso tenham que ir às vias de fato. Nesse momento pode ser efetivamente mensurada a importância da atuação de uma burocracia pró-reforma agrária no seio das instituições responsáveis pelo ordenamento fundiário do país. Parece-nos, pois, que a segurança com que os camponeses argumentam da ilegalidade das pretensões do grupo, está fundada numa percepção que vai além, por exemplo, da idéia da legitimidade do trabalho incorporado à terra. Ao que tudo indica, ancora-se também num respaldo que vem de dentro do próprio governo.

Argumenta-se, também, para ir às últimas conseqüências ("enfrentar a bocada"), da necessidade do sustento da família e de que o trabalho é o fundamento para a superação da situação de carência, para superar a pobreza:

"P. Então, porque o senhor veio para cá?

Porque a gente é pobre e pobre tem que se arriscar a tudo na vida. Para poder trabalhar. Sem trabalho a gente não vive" (Adão L).

### **Ocupantes em uma invasão?**

Por ocasião da primeira construção deste texto, defrontamos-nos com a seguinte questão: apesar de identificarmos o movimento de retomada de terra como um processo de ocupação e, por via de regra, identificássemos

os seus componentes como ocupantes, em parte alguma das entrevistas coletadas<sup>26</sup>, os informantes acionaram este termo para se definir. E o que é mais desconcertante, apesar da conotação negativa que o termo sugere, os entrevistados, na maior parte das vezes, preferiram apresentar este movimento como uma *invasão*. Trabalhando um excerto de depoimento apresentado um pouco antes:

“Ainda hoje aconteceu nessa área que nós temos e em todas elas que tem *invasão*, porque um eu, vamo dizer, um eu, você, essa e outro, a gente quer adquirir um pedaço de terra porque...”(Quaresma do G).

Ou do início de uma interessante discussão sobre a legitimidade divina das *invasões* com um adventista:

“P. E a relação entre a leitura da Bíblia e as Ocupações?”

Não, nós não encontramos realmente na Bíblia isso, de não ocupar, mas de *invadir* vamos assim dizer. Então é porque realmente essa história de terra nós sabemos que é desde o início, (...) de Israel no passado, então Israel continua. Então nós sabemos que é por causa da terra que nós temos de viver, desfrutar da terra. E aí nós não encontramos uma lei que nós podemos entrar e *invadir*. Mas como nós sabemos desde o começo é esta briga por terra a gente entrou pra sobreviver” (Gersino C).

A raiz de nossa (pré)concepção está relacionada com o juízo negativo que o vocábulo “*invasão*” possui, principalmente quando referido a questões de terra (cf. “*indústria da invasão*”), que vem expresso mesmo em sua acepção etimológica: “ato ou efeito de *invadir local ocupado ilegalmente por habitantes populares*” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986, p.964) (grifos do autor). E, inversamente, a preferência pelo termo *ocupação* que é menos marcado por este estigma de ilegalidade. Por outro lado, há também a influência dos mediadores através dos quais consegui o acesso à área. Estes, ex-integrantes do MST ou lideranças locais mais recentes do Partido dos

---

<sup>26</sup> Há apenas uma exceção e como veremos a seguir esta se refere a um entrevistado participante da segunda ocupação da fazenda União, o Sr. J.D., que desde o início daquele processo participa do MST local.

Trabalhadores, assim como as entidades de apoio, expressam este movimento em termo de *ocupações*, veja-se o teor da carta-denúncia do despejo na União:

“Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado do Maranhão

*Nós, trabalhadores rurais SEM TERRA* do município de Santa Luzia-Ma., vimos perante V.Excia., denunciar e requerer o que abaixo se segue:

1<sup>o</sup>. Somos 1.000 famílias de lavradores *ocupando* desde o dia 22 de julho do corrente uma área de 26.000 hectares, denominada “Fazenda União”;

2<sup>o</sup> Esclarecemos à V.Excia., que *ocupamos* a referida área sem qualquer contestação devido ao fato de que não possuímos terra para trabalhar e a área que *ocupamos* se encontra ociosa (...).”

Faltam-nos elementos para aprofundar os significados que as expressões *invasão* e *ocupação* espelham. A título de observação é interessante assinalar que embora não apresentem resistência à utilização do termo *invasão* para designar a sua ação coletiva, em momento algum estes se apresentaram como invasores.

Todavia, outras identificações também emergem nos relatos:

“Eu entrei aqui ‘doutor’ com a orientação minha e de meus companheiros, porque nós somos pobre, *lavrador*. *Vive de lavrar a terra e não tem ela*. Então eu sou pai de família, tenho dez filhos, crio cinco netos e não tenho pai. *Eu não sou fazendeiro, não sou comerciante, não sou industrial*, eu vivo de lavrar a terra e não tenho ela. Então aqui foi onde eu cheguei, olhando pra essa mata...” (Jessé do O).

A situação de “pobreza”, a necessidade de sustentar a família, o trabalho na terra como vocação apresentam-se como o substrato para a construção de uma das identidades acionadas pelos entrevistados, quando eles se designam como *lavrador*. Quase ao mesmo tempo em que esta é indicada por afirmação de atributos é também construída como negatividade (*Eu não sou fazendeiro, não sou comerciante, não sou industrial*) também reafirmando uma forma particular de trabalho - um homem que vive de lavrar a terra. Todavia, “lavrador” é apenas um dos

discriminadores comuns que os nossos sujeitos se atribuem e, como vimos anteriormente, este atributo já aparecera na fala daqueles que saem de uma experiência urbana, como que designando uma profissão.

Se *lavrador* aparece como a designar uma profissão, aquele que “vive de lavar a terra”, como poderíamos assinalar nos termos propostos por Hobsbawm (1988:36), indicando uma consciência de classe efetiva, quando se trata de referir aos momentos em que a luta ou a legitimidade pela posse da terra está em jogo, *posseiro* passa a ser o identificador acionado. Destarte observe-se a forma como se referem aos primeiros moradores da área (“*mas outrora, quando antes da estrada de ferro, os poucos que estavam aqui a Cacique comprou (...), ela fez foi tirar os posseiros daqui*”); ou quando o vigia da União deixa a fazenda e adere a perspectiva dos mesmos (“*E o Antonio Vigia saiu da casa e foi lá para a União, com medo de nós, foi ser posseiro também...*”).

Comparativamente a *lavrador*, *posseiro* apresenta um significado mais relacionado à esfera do político. Trata-se aqui de uma identificação que serve para realizar a ligação com gerações anteriores que ocuparam a terra, o que indica uma tomada de posição coletiva (“ser posseiro”), com interesses distintos de outros grupos sociais, uma consciência de classe “atribuída”,<sup>27</sup> e que ganha relevo em momentos de conflito, quando a solidariedade do grupo é mais acionada. Como no conflito da ocupação da Miril,<sup>28</sup> que se localiza quase defronte a Pindaré, atravessando o rio:

<sup>27</sup> Por consciência de classe “atribuída” que compreende “idéias, sentimentos, etc., que (os) homens em uma dada situação de vida teriam, se eles pudessem compreender inteiramente essa situação e os interesses dela derivados, tanto com respeito à sociedade imediata quanto com respeito à estrutura da sociedade à que corresponderia a esses interesses.” (Lukács apud Hobsbawm, 1988:36). Na situação aqui analisada pode-se argumentar que embora não haja um projeto de sociedade explicitado por parte dos posseiros há uma clara compreensão da situação do grupo social em luta pela terra e dos obstáculos, a ação dos latifundiários e do Estado através do seu aparelho repressivo contra os posseiros.

<sup>28</sup> O conflito está relacionado a uma tentativa de ação de despejo que foi movida contra os ocupantes da Miril, realizada em 3 de fevereiro de 1990, pela Polícia Militar do Estado. Na ocasião, os efetivos da polícia ao realizarem a travessia do Rio Pindaré, partindo de Presa de Porco, seqüestraram um trabalhador (Valter Baima da Silva) ecolocaram-no como escudo, algemado à frente da embarcação que servia de meio de transporte. Já próximos à outra margem do rio, os policiais atiraram em Valter o que ocasionou a resposta dos ocupantes da Miril, “entrancheirados” do outro lado. No confronto foi morto também um soldado da polícia militar (SMDDH 1993:83-84).

"P. Eu vi no jornal há um ano atrás um problema sério, a questão da Miril. A polícia passou por aqui?

Passa, passava por aqui. (...) Aquela confusão da Miril foi um negócio muito contra os posseiros, a polícia entendeu de querer fazer um dano em cima dos posseiros, como que eles fossem assim, ficasse massacrado, sem direito a nada (...).

Quando a polícia chegou um dia aí, passou aqui, a companheirada daqui botaram foguete avisando eles lá, prá eles se prevenirem. (...). A população daqui ajudou os posseiros de lá do outro lado, todas as comunidades aqui por perto de trabalhador ajudou a comunidade da Miril" (Domingos F).

Estaríamos aqui numa situação próxima à argumentação de Shanin, que indica a emergência da classicidade do campesinato em situações de crise.<sup>29</sup> Por outro lado, percebe-se que as formas pelas quais esses camponeses se identificam têm um aspecto situacional, em nosso caso referidas à profissão, um modo de viver (*lavrador*) ou a momentos de solidariedade em enfrentamento com grupos externos (*posseiros*).

## **REABRINDO A FRONTEIRA? O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES EM SANTA LUZIA (1985/1993)**

Como afirmamos de início, a leitura que fazemos da ocupação da Pindaré não a indica como um caso médio do movimento que se vem desenvolvendo a partir de meados dos anos 80 na região de Buriticupu. Estudos de outros processos de ocupação com certeza realçarão diferenças, quanto à presença de mediadores externos, da participação do MST local; à origem dos ocupantes,<sup>30</sup> às diferentes estratégias de entrada e manutenção na área. Todavia, mais que este ou aquele aspecto que possa servir de

<sup>29</sup> "Si empleármos una escala imaginária o continuum, podríamos afirmar que el campesinado aparece con una 'categoria de clase' relativamente baja, que se eleva en las situaciones de crisis" (Shanin 1983:290).

<sup>30</sup> Tome-se como exemplo a não referência a ocupantes que tenham participado da experiência da colonização da COMARCO em Buriticupu, elemento que com certeza se apresentará como central na análise da ocupação da Terra Bela.

comparação, o processo de ocupação aqui analisado nos permite lançar uma perspectiva sobre o processo maior em que ela se desenvolve. Logo, se é possível afirmar que sem as *entradas* na Capoeira, União, Lago Azul não existiria a ocupação da Pindaré, podemos também dizer que, ao olharmos para a Pindaré, estaremos também observando o movimento maior de ocupações do qual ela é parte. Partindo deste suposto, tentaremos colocar, agora, algumas das dimensões deste movimento, e cruzando-as com a reflexão realizada na parte anterior, esboçar uma perspectiva de análise.

Dissemos, no início deste artigo, que podemos marcar o limiar dos anos setenta como o momento em que se inicia o processo de expropriação camponesa na Pré-Amazônia Maranhense. Prosseguindo com a tentativa de periodização, é factível também assinalar a metade dos anos 80<sup>31</sup> como o marco em que se abre o processo de reconquista de terras por grupos camponeses.

Conforme a representação do movimento de trabalhadores rurais da região, o marco desse movimento será a ocupação da Capoeira, em outubro daquele ano. Pela figura 3 podemos obter uma visualização do desenrolar do processo.

Para o início dos anos 90, podemos assinalar a continuidade desse processo, agora em ritmo mais lento e ganhando corpo os processos de desapropriação levado a cabo pelos órgãos fundiários do Estado e da União. É o momento também da consolidação do movimento de ultrapassagem do rio Pindaré com a entrada nas áreas da Varig, Miril e Sanbra.<sup>32</sup>

Uma outra forma de avaliar este movimento pode ser realizada através da contabilização em termos de área e do número de famílias nas ocupações. A partir das informações coligidas junto a entidades de apoio à luta dos trabalhadores rurais (CPT, SMDDH) e com informações de

---

<sup>31</sup> Na década de 80, até sua primeira metade, assistimos ainda à continuidade desse processo de expropriação e violência, registrando, porém, algumas ocupações em áreas disputadas com os grupos agropecuários, casos das fazendas Sapucaia e Mapisa.

<sup>32</sup> Apesar de estarem localizadas no município de Bom Jardim, têm a dinâmica de sua ocupação relacionada com os processos sociais aqui analisados e que têm sua geografia inscrita no município de Santa Luzia.



campo, elaboramos a tabela 1, que nos oferece uma perspectiva aproximada quanto àqueles indicadores.

A questão que se coloca agora é a seguinte: sob que condições se operou essa passagem de um processo predominantemente expropriatório para um de retomada de posse da terra?

Analisando o movimento de ocupações a partir da área Pindaré, o que nos parece é que produziu-se em Santa Luzia, a partir da segunda metade da década de 80, um fenômeno próximo ao que Velho definia como a instituição de uma *fronteira não-física*:

“É como se fosse criado um equivalente a uma fronteira: assim como uma fronteira física pode ser fechada por meios sociais, uma espécie de fronteira? pode aparecer onde não havia nenhuma, devido a eventos sociais” (Velho 1979:101).

A referência é pertinente, pois, embora não estejamos frente a uma situação de terras livres, mas de áreas apropriadas por empresas agropecuárias, após iniciado o processo com as ocupações da Capoeira e União, há a constituição de um forte deslocamento de camponeses para novas áreas, com a multiplicação de processos chamados de “invasão”. Os elementos que estariam a consubstanciar esse processo coletivo seriam: i) a existência de um excedente camponês sem terra na região e em deslocamento pela EFCarajás, ii) o papel organizador e ativador do processo que a liderança camponesa de Buriticupu, então organizada como MST estadual, cumpriu,<sup>33</sup> e iii) uma conjuntura política favorável produzida pelo compromisso inicial publicamente assumido pelo governo da chamada

<sup>33</sup> Veja-se o depoimento da principal liderança pública do movimento: “(...) cheguei em Buriticupu em 1983. (...) nessa época Buriticupu vivia as consequências de um projeto de colonização falido, para onde os governos estaduais tinham direcionados bilhões de cruzeiros. (...) Nessa época, elaboramos uma proposta de Reforma Agrária para a região que contemplava os 5.000 trabalhadores sem terra e enviamos ao Ministério da Reforma Agrária do Sr. José Sarney. (...) Começamos a organização para recebermos as terras do Governo. Esgotou o prazo dado aos trabalhadores ao governo Sarney, e o Governo Sarney não deu nenhum sinal. Os trabalhadores, para não morrerem de fome, começaram a ocupar o latifúndio. Hoje, (...), temos 15 mil trabalhadores com terra, 20 latifúndios ocupados, quase todos desapropriados e o lugar se desenvolveu da noite para o dia” (Pronunciamento do Deputado Vila Nova na Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 04.08.93, pp. 3/4).

"Nova República".<sup>34</sup> Esta última característica, que poderíamos designar, usando uma expressão de Oliveira Filho (1979:114), como a "instância política" da abertura do território até então já ocupado.

Em meio a este processo poderíamos pensar a utilização da Estrada de Ferro Carajás pelos camponeses como um equivalente ao que aquele autor definia como o *agente interligador* das partes que compõem a fronteira enquanto uma totalidade.<sup>35</sup> O que queremos dizer é que, à diferença de outras ocupações da região em que a composição soe ser de grupos camponeses estabelecidos localmente, a análise da Pindaré e, como parece crer, daquelas ocupações que se situam no desdobramento da segunda entrada das áreas do grupo Cacique, ultrapassando o Rio Pindaré, ou mesmo de novas levas de ocupantes para áreas já *inchadas*, indicam-nos a mobilização de camponeses de outras regiões do Estado ou de municípios próximos, que, por intermédio da ferrovia, obtêm a informação e/ou o acesso às áreas.

---

<sup>34</sup> Cumprindo papel importante aqui o estabelecimento, quando do período inicial do governo, de uma burocracia pró-Reforma Agrária na direção dos órgãos responsáveis pelo manejo da questão fundiária.

<sup>35</sup> "(...) a descrição de formação de uma fronteira deve incluir não somente o conjunto, (...) em cada uma das áreas consideradas isoladamente, mas também o conjunto de agentes e de atividades por meio das quais tais partes são concretamente interligadas. (...) é possível caracterizá-lo de forma mais ampla como o conjunto de mecanismos que prepara, coordena e procede à transferência espacial de uma massa humana" (Oliveira Filho 1979:114).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.W.B. 1981. *As secas do Nordeste e o Maranhão*. São Luís, Comissão Pastoral da Terra.
- ANDRADE, A. & CORRÊA, C.M. 1986/87. Mataram a pobreza. *Pará Desenvolv.* Belém. 20/21:46/51.
- ASSELIM, V. 1985. *Grilagem e violência em terras do Carajás*. Petrópolis, Vozes/CPT.
- BARREIRA, C. 1992. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.
- CARDOSO, F.H. & FALETTTO, E. 1970. *Dependência e desenvolvimento na A. Latina*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- CHAYANOV, A.V. 1974. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- COELHO, M.C.N. 1991. *Socioeconomic impacts of the Carajas railroad in Maranhão, Brazil*. Universidade de Syracuse. Tese de doutorado.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. MARANHÃO. (s.d.). *Cadastro de conflitos no campo*. Fichas dos municípios de Santa Luzia, Imperatriz e Açailândia.
- CONCEIÇÃO, M. 1980. *Essa terra é nossa*. Entrevista de Ana Maria Galano. Petrópolis, Vozes.
- ERMACORA, F. & NOWAK, M. (s.d.). *Relatório sobre direitos humanos nos conflitos de terra no Estado do Maranhão e na região do 'Bico do Papagaio' - Brasil*.
- ESTERCI, N. 1989. *Conflito no Araguaia: Peões e Possesores contra a grande empresa*. Petrópolis, Vozes.
- HOBBSBAWM, E.J. 1987. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KELLER, F.V. 1975. O homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito. Sep: *Rev. Hist. USP* (102).
- LUNA, R.C.M.R. 1984. *A terra era liberta: um estudo da lutados posseiros pela terra no Vale do Pindaré-Maranhão*. São Luís, UFMA/SEDUC.
- MARX, K. 1985. *O Capital: crítica da economia política*. v. 6. 4 ed. São Paulo, DIFEL.
- MONBEIG, P. 1984. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Polis.
- OLIVEIRA FILHO, J.P. 1979. *O caboclo e o brabo*. (Encontros com a Civilização Brasileira, 11):101-140.
- SADER, R. 1986. *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, USP. Tese de doutorado.

- SANTOS, M. 1983. Fronteiras: expansão camponesa no Vale do Rio Caru. In: *Estrutura agrária e colonização na fronteira amazônica*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. mimeografado.
- SHANIN, T. 1983. *La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid, Alianza Editorial.
- SILVA, J.G. 1987. *Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova Republica*. São Paulo, Busca Vida.
- SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. SMDH. 1993. *Conflitos de terra registrados no Maranhão*, de 01/01/1990 a 31/12/1991. São Luís, Lithograf.
- VELHO, O.G. 1979. *Capitalismo autoritário e campesinato. um estudo comparativo a partir da 'fronteira' em movimento*. 2 ed. São Paulo, DIFEL.
- WAGNER, A. & MOURÃO, L. 1975. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. São Luís. mimeografado.
- WEBER, M. 1991. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo, Moraes.

Recebido em: 03.07.95  
Aprovado em: 14.03.96